

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

Sede: Rua João Mendonça, 529 – 4464-501 Senhora da Hora

Capital Social 1.000.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação 501 532 927

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2010

Relatório de Gestão

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

Sonae Investimentos, SGPS, SA é a empresa do grupo Sonae que agrega a actividade core do grupo, o retalho.

1 ACTIVIDADE AO LONGO DO ANO

Ao longo de 2010, a Sonae Investimentos, SGPS, SA realizou um volume de negócios consolidado de 4.801 milhões de Euro - o que representa um crescimento de 6% face ao ano anterior. Neste mesmo período, o cash-flow operacional consolidado da Empresa atingiu 433 milhões de Euros. Este valor representa um rácio sobre as vendas líquidas totais de 9,0%, mais 1,1 p.p. que no ano anterior.

Particularizando, na evolução da actividade da Empresa destacamos os seguintes aspectos:

O volume de negócios das **insígnias de base alimentar** ex-fuel aumentaram em 5% para 3.275 milhões de Euros, reflectindo:

- o aumento de 3% das vendas numa base comparável;
- um investimento forte e continuado no seu programa de marca própria;
- o foco nas poupanças de descontos cumulativamente transferíveis para clientes;
- o sucesso do cartão de fidelização; e
- o fortalecimento das competências e activos distintivos do Continente e Modelo, particularmente a logística, localizações privilegiadas, variedade da oferta e forte reconhecimento da marca.

É de se salientar o aumento na quota de mercado em 2010 (Fonte: Nielsen, Total Store Reading), com um crescimento de vendas claramente superior ao dos restantes operadores de retalho moderno em Portugal.

O segmento de negócio em análise melhorou o cash-flow em 16% para 231 milhões de Euros, representando uma margem sobre as vendas de 7,1%, com as margens no último trimestre a atingirem 9,1%, em linha com o 4To9. Esta situação reflectiu: (i) benefícios de crescimento através de diluição dos custos fixos; (ii) os esforços significativos efectuados para melhorar as operações com vista a um modelo mais eficiente nos custos; (iii) o reforço do aprovisionamento internacional para produtos de marca própria; e (v) maiores níveis de eficácia das campanhas promocionais lançadas utilizando o cartão de cliente.

No que respeita ao volume de negócios das insígnias de **retalho especializado**, este aumentou 12% para 1.272 milhões de euros. Numa base comparável, as vendas cresceram 1%. As vendas da Sonae SR Portugal aumentaram 5% (1% em termos comparáveis), enquanto que as vendas da Sonae SR internacional aumentaram 60% (decrécimo de 1% em termos comparáveis). As operações em Espanha foram responsáveis por cerca de 20% das vendas de retalho especializado em 2010, respondendo por 62% do

crecimento de vendas da Sonae SR no ano. A Worten e a Sport Zone foram bem-sucedidas no fortalecimento da sua posição de mercado Ibérico, sendo que os produtos oferecidos pelos formatos de moda se mostraram sintonizados com a procura nas presentes condições macroeconómicas.

Este segmento de negócio viu o cash flow operacional diminuir em 3 milhões de Euros para 45 milhões de Euros, representando uma margem sobre vendas de 3,5%. Esta performance reflecte dois impactos opostos: (i) um aumento de 2% do EBITDA da operação Portuguesa; e (ii) um forte investimento no crescimento orgânico das operações em Espanha, envolvendo mais 52.000 m² face a 2009 (2.000 m² na Arábia Saudita). O EBITDA internacional da Sonae SR encontra-se adequado ao seu objectivo de atingir EBITDA positivo em 2012 e de a empresa se tornar um player chave em Espanha.

A rentabilidade do segmento de **propriedades de retalho** reflecte sobretudo rendas internas, definidas de acordo com retornos mínimos sobre os investimentos realizados, na sua maioria alinhados com as taxas de capitalização do mercado. O cash flow operacional aumentou cerca de 35% para 149 milhões de Euros tendo a unidade de propriedade de retalho concretizado a operação de *sale and leaseback* do seu centro logístico da Azambuja.

Neste mesmo período, o volume de negócios do segmento de **gestão de investimentos** ascendeu a 167 milhões de Euros e o cash flow operacional foi de 2 milhões de Euros.

Ao longo do ano em apreço, o resultado operacional consolidado da Sonae Investimentos, SGPS, SA totalizou 263 milhões de Euros. Este valor é 25% superior ao registado no ano anterior.

Neste mesmo período, os resultados financeiros negativos totalizaram 51 milhões de Euros, incorporando uma redução de cerca de 1 milhão de Euros face a 2009.

Na mesma data, o Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a Accionistas da Empresa-mãe ascendeu a 169 milhões de Euros, que compara com 138 milhões de Euros auferidos no ano anterior.

2 INVESTIMENTO

A Sonae Investimentos concretizou ao longo de 2010 um investimento global de 209 milhões de Euros. Este valor destinou-se à concretização do plano de expansão da Empresa, permitindo-lhe finalizar o ano com um portfolio de 1.019 unidades e uma área de venda instalada de 971 mil m² (+8% sobre a base de final do ano precedente).

- O investimento dos negócios de **retalho alimentar** ascendeu a 88 milhões de Euros. Os principais destinos do montante investido foram: 61 milhões de Euros na remodelação de lojas e logística e 27 milhões de euros correspondentes a investimento inicial (excluindo a componente de imobiliário de retalho) na abertura de 5 lojas Modelo e 1 loja Continente e trabalhos preparatórios para futuras aberturas.
- O investimento do **retalho especializado** atingiu os 100 milhões de euros (3 milhões de euros superior ao de 2009), dos quais: 52 milhões de Euros destinaram-se ao processo de internacionalização com a abertura de 51 lojas (acrécimo de 53 mil m²); 12 milhões de Euros foram para o aumento da cobertura geográfica das lojas em Portugal com a abertura de 18 lojas (acrécimo de 19 mil m²) e; o remanescente em remodelações de lojas, TI/SI e expansão de infra-estruturas logísticas.

- O montante investido pelo segmento de **propriedades de retalho** alcançou os 21 milhões de euros, 77% abaixo do valor de 2009, claro indicador da estratégia de *capital light* que tem vindo a ser seguida (leasing operacional em vez de detenção) para novas áreas de venda de retalho, particularmente lojas Modelo.
- O investimento da unidade de gestão de investimentos ascendeu a 2 milhões de Euros.

3 EVENTOS SUBSEQUENTES

Durante o mês de Março, uma subsidiária do Grupo concluiu uma operação de *sale leaseback* das suas lojas Continente e Worten situadas no Centro Comercial Vasco da Gama ao Fundo de Investimento Imobiliário Aberto "Imofomento". O valor total da transacção foi de 42,3 milhões de euros com uma *yield* inicial de 6,1%, numa base "Triple Net", gerando uma mais-valia de 16,6 milhões de euros.

4 PERSPECTIVAS

Em 2011, a Sonae Investimentos continuará a actuar em linha com a sua orientação estratégica corporativa de criação de valor através da expansão internacional e do fortalecimento dos seus negócios.

A unidade de **retalho de base alimentar** continuará a focar-se na liderança e rentabilidade, através: (i) consolidação da liderança de mercado em Portugal; (ii) exploração de novas oportunidades de negócio adjacentes; (iii) gestão do seu negócio em Portugal como um gerador de *cash flow*; (iv) ao mesmo tempo que dedicará esforços na procura de oportunidades internacionais.

A **unidade de retalho especializado**, manterá o enfoque no crescimento e internacionalização, através: (i) investimento contínuo em Espanha e reforço de presença no país; (ii) exploração e preparação de entrada em novas geografias, através de modelos de *franchisings* e/ou oportunidades de *joint-ventures*; (iii) consolidação da liderança de mercado em Portugal e aumento da rentabilidade.

Estão planeadas transacções adicionais de *sale & leaseback* de activos durante o ano, com o intuito de libertar capital investido em activos imobiliários, para financiar o crescimento, em consonância com a estratégia anunciada pela **unidade de propriedade de retalho**.

5 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os princípios gerais de gestão de riscos financeiros da Empresa encontram-se descritos em detalhe na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

6 COMPRA E VENDA DE ACÇÕES PRÓPRIAS

A Sonae Investimentos através das suas participadas adquiriu 100.000.000 de acções próprias pelo valor total de 320.000.000 Euros que se mantêm no Grupo a 31 de Dezembro de 2010.

7 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Remuneração do Conselho de Administração

Remuneração paga e atribuída

Aos membros do Conselho de Administração foi atribuída a seguinte remuneração (incluindo remuneração fixa, remuneração variável de curto prazo e remuneração variável de médio prazo) pela Sociedade e pelas sociedades do Grupo:

Valores em euros	2009				2010			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável de Curto Prazo	Remuneração Variável de Médio Prazo	Total	Remuneração Fixa	Remuneração Variável de Curto Prazo	Remuneração Variável de Médio Prazo	Total
Administradores								
Duarte Paulo Teixeira Azevedo	50.400	0	0	50.400	12.500	0	0	12.500
Ângelo Gabriel Rib Santos Paupério	0	0	0	0	0	0	0	0
Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão*	411.560	190.900	290.200	892.660	87.570	0	0	87.570
Total	461.960	190.900	290.200	943.060	100.070	0	0	100.070

* até Abril de 2010

Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da sociedade e nas práticas de mercado.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão foi o seguinte:

Membro do Conselho Fiscal	2009	2010
UHY & Associados, SROC, Lda representada por António Francisco Barbosa dos Santos	8.000	8.000
Arlindo Dias Duarte Silva	6.000	6.000
Óscar José Alçada da Quinta	6.000	6.000
Total	20.000	20.000

valores em euros

Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da Sonae Investimentos e Auditor é a Deloitte. Os valores de facturação à Sonae Investimentos em 2009 e 2010, incluindo filiais, são os que a seguir se discriminam:

	2009		2010	
Auditoria e revisão legal de contas	543.855	34%	569.983	48%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	15.000	1%	11.907	1%
Consultoria fiscal	41.500	3%	-	
Outros serviços	1.018.357	63%	607.465	51%
Total	1.618.712		1.189.355	

valores em euros

O peso dos honorários relativos a serviços de auditoria e outros serviços de garantia de fiabilidade aumentou 14% em 2010, representando 49% dos honorários totais. Os outros serviços representam 51% dos honorários totais e foram objecto de apreciação pelo Conselho Fiscal.

Os honorários de outros serviços incluíram em 2010: serviços de consultoria prestados a diversas subsidiárias da Sonae Investimentos (22% do total dos honorários), e serviços relacionados com incentivos fiscais (29% do total dos honorários).

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que se considera que a independência do auditor é reforçada.

Em 2010, os honorários pagos pela Sonae Investimentos, em Portugal, às empresas da rede Deloitte representaram menos de 1% do total da facturação anual da Deloitte, em Portugal.

O sistema de qualidade do Auditor Externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae.

O Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), a declaração de independência do auditor, onde são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respectivas remunerações pagas, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral de Accionistas

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Accionistas é constituída por um montante fixo, nos termos seguintes:

Mesa da Assembleia Geral	2009	2010
Presidente	3.750	3.750
Secretária	1.500	1.500
Total	5.250	5.250

valores em euros

8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DA EMPRESA SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Investimentos, SGPS, S.A., a título individual, foi de 450.539.261,63 Euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

Reservas Legais _____	22.526.963,08 Euros
Reservas Livres _____	428.012.298,55 Euros
Total _____	450.539.261,63 Euros

9 AGRADECIMENTOS

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e accionistas pelo apoio e preferências demonstrados. Aos auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período. Finalmente, uma palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Sonae Investimentos pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 15 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Glossário

Volume de negócios (vn)

Vendas de mercadorias e produtos + prestações de serviços.

Cash-flow operacional (EBITDA)

Volume de negócios + Outros rendimentos + Goodwill negativo - Reversão de perdas por imparidade - Custos operacionais + Ganhos/perdas na alienação de empresas - Provisão para extensões de garantia.

Resultado operacional (EBIT)

Volume de negócios + Outros rendimentos + Goodwill negativo – Gastos operacionais - Provisões para extensões de garantia + Ganhos/perdas com vendas de empresas – Amortizações e perdas de imparidade.

Investimento (CAPEX)

Investimento bruto em activos fixos tangíveis e intangíveis, investimentos em aquisições; Investimento Bruto, excluindo o encaixe decorrente da venda de activos.

Fundo de manei

Clientes (valor a receber resultante de vendas decorrentes do curso normal das actividades do Grupo) - fornecedores (valor a pagar resultante de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo) + existências (mercadorias registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor de descontos de quantidade e das perdas por imparidade) + outros activos e passivos (Estado e outros entes públicos + empresas associadas + acréscimos e diferimentos + impostos diferidos + provisões para riscos e encargos + fornecedores de imobilizado + devedores e credores diversos).

Capitais empregues líquidos

Activos tangíveis e intangíveis brutos + outros activos fixos brutos (incluindo Goodwill) + amortizações e perdas de imparidade + investimentos financeiros + fundo de manei.

Relatório do Governo das Sociedades

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

GOVERNO DAS SOCIEDADES

Informação anual sobre as práticas da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., sobre o Governo da Sociedade, produzida nos termos do disposto no número 4 do artigo 245ºA do Código dos Valores Mobiliários.

Ponto 1 - Participações qualificadas no capital social da sociedade

Dando cumprimento ao artº 8º, nº1 alínea b) do Regulamento da CMVM nº 05/2008, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2010:

Accionista	Nº de acções	% Capital Social	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA			
Através da Sonae, SGPS, SA	768,580,810	76.858%	85.398%
Através da Sonae Investments, BV	131,419,190	13.142%	14.602%
Através da Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA (1)	100,000,000	10.000%	-
Total imputável	1,000,000,000	100.000%	100.000%

(1) Consideradas acções próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA é detida a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA.

Ponto 2 - Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem accionistas com direitos especiais.

Ponto 3 – Existência de restrições em matéria de direito de voto

Conforme prevê o contrato social (sendo, na omissão, aplicável as regras previstas na lei):

A Assembleia Geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que, até cinco dias úteis antes da realização da assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei. A presença nas assembleias gerais de accionistas

titulares de acções preferenciais sem voto e a sua participação na discussão dos assuntos da ordem do dia depende da autorização da Assembleia Geral.

A cada acção corresponde um voto.

Os accionistas que sejam pessoas singulares poder-se-ão fazer representar nas reuniões da Assembleia, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e a data da Assembleia.

As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

Se a sociedade for considerada "sociedade com o capital aberto ao investimento do público", os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista.

A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

Não obstante, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Compete à sociedade assegurar a confidencialidade dos votos exercidos por correspondência até ao momento da votação. O accionista deverá, com pelo menos cinco dias antes da data da realização da Assembleia Geral, fazer a conveniente e necessária prova das acções que possui.

A Assembleia poderá deliberar em primeira convocação desde que se achem presentes ou representados accionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social.

Ponto 4 – Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de 3 e no máximo de 11, eleitos em Assembleia Geral.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento temporário ou definitivo, de qualquer administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição.

No caso da sociedade, ser uma “sociedade aberta”, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada, a falta definitiva de um Administrador eleito ao abrigo do disposto no artigo 392º. do Código das Sociedades Comerciais (regras especiais de eleição), proceder-se-á a nova eleição.

Todavia, nada impede, por lei, que a substituição se efectue por deliberação da Assembleia Geral.

Conforme previsto na lei, a alteração do contrato social, depende de deliberação da Assembleia Geral.

O quórum exigido para a alteração do contrato:

a) Estatutariamente é previsto, que em primeira convocação e para deliberar sobre qualquer assunto, têm de estar presentes ou representados accionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social;

b) Nos termos do disposto no número 3 do artigo 383º. do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia, em segunda convocação, pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representados.

Nos termos do disposto no número 3 do artigo 386º. do Código das Sociedades Comerciais, a deliberação sobre a alteração do contrato, deve ser aprovada por 2/3 dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira ou em segunda convocação.

Ponto 5 – Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital;

O artigo quinto, número 2, do contrato social, prevê: “O capital social poderá ser elevado por novas entradas em numerário até cinco mil milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir, de entre as já existentes”.

Tal autorização, foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 2 de Maio de 2007, mantendo-se em vigor pelo prazo de cinco anos, nos termos do disposto na alínea b) do número 2 do artigo 456º. do Código das Sociedades Comerciais.

Ponto 6 – Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporting financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação de informação financeira, com os objectivos de transparência, consistência, simplicidade e materialidade. O objectivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adoptados, e a qualidade do reporting financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoramento de processos, com o objectivo de preparar o relato financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados ao longo das notas às demonstrações financeiras (consulte a Nota 2), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos do Grupo permitem uma garantia razoável que as transacções são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transacções são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que a empresa mantém um registo actualizado de activos e que o registo dos activos é verificado face aos activos existentes, sendo adoptadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respectivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transacções dos processos de negócio e dos saldos das contas de activos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelo departamento de consolidação de contas do serviço administrativo do Centro Corporativo da Sonae Investimentos. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação

financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transacções entre as empresas do Grupo Sonae Investimentos e restantes empresas do Grupo Sonae;

- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é preparado pelo departamento de Assessoria Jurídica e Governo Societário;
- O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Investimentos. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua certificação legal de contas e o Relatório de Auditoria Externa;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e o Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, este órgão reúne e analisa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. Com periodicidade semestral, o Revisor Oficial de Contas apresenta, directamente ao Conselho Fiscal, um sumário das principais conclusões do exame efectuado à informação financeira;
- Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e a impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre as causas de risco que podem afectar materialmente o reporting contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras Consolidadas Nota 2.19, e nas outras notas. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldos e as transacções com partes relacionadas – Os saldos e transacções mais significativos com partes relacionadas são divulgados nas notas das demonstrações financeiras. Estas estão associadas sobretudo a actividades operacionais do Grupo, bem como a concessão e obtenção de empréstimos, efectuados a preços de mercado.

Pode consultar informação mais específica, sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, ao longo das notas às demonstrações financeiras.

A Sonae Investimentos adopta várias acções relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:

- Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das acções de 2010, durante 2011 a Sonae Investimentos irá continuar a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Esta acção inclui a identificação do risco/causas (risco inicial), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;
- Análise de conformidade – O departamento de Assessoria Jurídica e Governo Societário, em cooperação com os departamentos Administrativo, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

Matosinhos, 15 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Anexos

Declaração nos termos do Artigo 245º, parágrafo 1, al. c) do Código dos Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Sonae Investimentos, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Investimentos, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 15 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14.º nº 7 do Regulamento da CMVM n.º 05/2008

Divulgação de acções e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e transacções sobre os mesmos efectuadas no decurso do exercício:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2010
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***) (****)						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Migracom, SGPS, SA (4)						1.969.996
Sonae, SGPS, SA						3.293 (a)
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**)						
Sonae, SGPS, SA						250.000

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2010
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)						659.650.000
Pareuro, BV (2)						2.000.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA (3)						400.000.000
(3) Sonae, SGPS, SA						
Sonae Investments, BV (4)						2.000.000
Sonae Investimentos, SGPS, SA						768.580.810
Venda	26.11.2010			56.200.000	3,200	
(4) Sonae Investments BV						
Sonae Investimentos, SGPS, SA						131.419.190
Venda	01.10.2010			43.800.000	3,200	
(5) Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA						
Sonae Investimentos, SGPS, SA						100.000.000
Compra	01.10.2010	43.800.000	3,200			
Compra	26.11.2010	56.200.000	3,200			
(6) Migracom, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)						1.485.000
Imparfin, SGPS, SA (7)						150.000
(7) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)						4.105.280

(*) administrador da sociedade

(**) administrador da Sonae, SGPS, SA (sociedade directa e indirectamente dominante) (3)

(***) administrador da Efanor Investimentos SGPS, SA (sociedade directa e indirectamente dominante) (1)

(****) administrador da sociedade Imparfin, SGPS, SA (7)

(a) acções detidas por descendentes menores a seu cargo

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Número de acções detidas por accionistas com mais de 10%, 33% e 50% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA:

Número de acções a 31.12.2010

Sonae, SGPS, SA	768.580.810
Sonae Investments, BV	131.419.190

Participações qualificadas

Accionistas que detêm mais que 2% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliário, em cumprimento do artigo 8.º n.º 1, al. c), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

Accionista	Nº de acções	% Capital Social	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA			
Através da Sonae, SGPS, SA	768.580.810	76,858%	85,398%
Através da Sonae Investments, BV	131.419.190	13,142%	14,602%
Através da Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA (1)	100.000.000	10,000%	-
Total imputável	1.000.000.000	100,000%	100,000%

(1) Consideradas acções próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA é detida a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA.

Demonstrações financeiras

Consolidadas

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	10	2.132.257.452	2.198.493.423
Activos intangíveis	11	153.674.164	162.320.303
Goodwill	12	518.235.811	519.885.038
Investimentos em associadas	6	53.887.757	2.376.473
Outros investimentos	7 e 9	34.556.256	763.866
Activos por impostos diferidos	20	98.959.834	90.471.037
Outros activos não correntes	9 e 14	37.391.624	4.336.556
Total de activos não correntes		3.028.962.898	2.978.646.696
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	15	664.630.207	588.968.421
Clientes	9 e 16	39.793.524	36.331.126
Outras dívidas de terceiros	9 e 17	107.928.638	128.845.634
Estado e outros entes públicos	18	38.933.630	28.379.704
Outros activos correntes	19	41.951.076	32.538.142
Investimentos	9 e 13	15.642.909	57.659.791
Caixa e equivalentes de caixa	9 e 21	200.024.469	111.407.067
Total de activos correntes		1.108.904.453	984.129.885
Activos não correntes detidos para venda	10	9.500.686	-
TOTAL DO ACTIVO		4.147.368.037	3.962.776.581
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	22	1.000.000.000	1.000.000.000
Acções próprias	22	(320.000.000)	-
Reservas legais		117.087.918	114.000.000
Reservas e resultados transitados		(265.503.577)	(279.954.941)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Empresa-mãe		168.595.954	138.171.091
Total do capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa-mãe		700.180.295	972.216.150
Interesses sem controlo	23	75.434.780	74.344.125
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		775.615.075	1.046.560.275
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	9 e 24	303.599.257	285.894.893
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	899.337.511	987.483.025
Credores por locações financeiras	9, 24 e 25	7.170.863	8.620.393
Outros empréstimos	9 e 24	162.624	198.853
Outros passivos não correntes	9 e 27	425.408.286	16.222.928
Passivos por impostos diferidos	20	108.202.465	96.744.418
Provisões	32	21.495.563	9.263.092
Total de passivos não correntes		1.765.376.569	1.404.427.602
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	9 e 24	10.889.883	26.390.951
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	89.554.618	64.899.489
Credores por locações financeiras	9, 24 e 25	2.752.393	4.704.670
Outros empréstimos	9 e 24	5.278.846	7.935.788
Fornecedores	9 e 29	1.121.852.468	1.062.040.575
Outras dívidas a terceiros	9 e 30	154.874.375	133.158.621
Estado e outros entes públicos	18	52.891.000	65.634.240
Outros passivos correntes	31	166.595.831	144.535.487
Provisões	32	1.686.979	2.488.883
Total de passivos correntes		1.606.376.393	1.511.788.704
TOTAL DO PASSIVO		3.371.752.962	2.916.216.306
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4.147.368.037	3.962.776.581

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009*(Montantes expressos em euros)*

		31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
	Notas		
Vendas	35	4.664.262.067	4.420.413.159
Prestações de serviços	35	136.903.890	125.452.037
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	36	12.591.027	1.639.444
Rendimentos e ganhos financeiros	37	3.348.834	8.269.478
Outros rendimentos	38	452.060.350	389.849.255
Custo das vendas	15	(3.573.186.538)	(3.436.653.360)
Variação da produção		115.278	-
Fornecimentos e serviços externos	39	(615.023.693)	(565.677.205)
Gastos com o pessoal	40	(539.077.297)	(504.143.624)
Amortizações e depreciações	10 e 11	(163.541.459)	(141.185.028)
Provisões e perdas por imparidade	32	(18.953.842)	(6.867.019)
Gastos e perdas financeiras	37	(54.569.541)	(58.026.872)
Outros gastos	41	(93.445.005)	(71.340.106)
Rendimentos ou perdas relativos a empresas associadas	6	532.931	(652.675)
Resultado antes de impostos		212.017.002	161.077.484
Imposto sobre o rendimento	42	(43.651.281)	(24.335.041)
Resultado líquido consolidado do exercício		168.365.721	136.742.443
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		168.595.954	138.171.091
Interesses sem controlo	23	(230.233)	(1.428.648)
Resultados por acção			
Básico	44	0,171391	0,138171
Diluído	44	0,171391	0,138171

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009*(Montantes expressos em euros)*

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Resultado líquido consolidado do exercício	168.365.721	136.742.443
Varição nas reservas de conversão cambial	319.866	78.943
Varição no justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	3.172.468	(1.900.007)
Imposto diferido relativo à variação no justo valor dos instrumentos financeiros derivados	(840.702)	775.121
Outro rendimento integral do exercício	2.651.632	(1.045.943)
Total rendimento integral consolidado do exercício	<u>171.017.353</u>	<u>135.696.500</u>
Atribuível a:		
Accionistas da empresa-mãe	171.249.324	137.125.148
Interesses sem controlo	<u>(231.971)</u>	<u>(1.428.648)</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Montantes expressos em euros)

Notas	Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe								Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses sem controlo (Nota 23)	Total do Capital Próprio
	Capital Social	Acções Próprias	Reservas Legais	Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Cobertura	Reserva nos termos do artº 342º do CSC	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total				
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	1.000.000.000	-	99.300.000	3.666	(3.316.342)	-	(346.889.834)	(250.902.510)	170.993.512	920.091.002	11.201.548	931.292.550
Total rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	78.943	(1.124.886)	-	-	(1.045.943)	138.171.091	137.125.148	(1.428.648)	135.696.500
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2008												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	14.700.000	-	-	-	156.293.512	170.993.512	(170.993.512)	-	-	-
Dividendos distribuídos	22	-	-	-	-	-	(85.000.000)	(85.000.000)	-	(85.000.000)	(4.170)	(85.004.170)
Aquisições de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.575.395	63.575.395
Entradas facultativas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.000.000.000	-	114.000.000	82.609	(4.441.228)	-	(275.596.322)	(165.954.941)	138.171.091	972.216.150	74.344.125	1.046.560.275
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	1.000.000.000	-	114.000.000	82.609	(4.441.228)	-	(275.596.322)	(165.954.941)	138.171.091	972.216.150	74.344.125	1.046.560.275
Total rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	319.866	2.333.504	-	-	2.653.370	168.595.954	171.249.324	(231.971)	171.017.353
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2009												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	3.087.918	-	-	-	135.083.173	138.171.091	(138.171.091)	-	-	-
Dividendos distribuídos	22	-	-	-	-	-	(70.000.000)	(70.000.000)	-	(70.000.000)	-	(70.000.000)
Acções Próprias	22	(320.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	(320.000.000)	-	(320.000.000)
Constituição de reservas indisponíveis	22	-	-	-	-	342.000.000	(342.000.000)	-	-	-	-	-
Entradas facultativas de capital	22	-	-	-	-	-	372.000.000	372.000.000	-	372.000.000	-	372.000.000
Distribuição de reservas livres	22	-	-	-	-	-	(425.000.000)	(425.000.000)	-	(425.000.000)	-	(425.000.000)
Aquisições parciais de empresas filiais	-	-	-	-	-	-	(74.566)	(74.566)	-	(74.566)	-	(74.566)
Outros	-	-	-	-	-	-	(210.613)	(210.613)	-	(210.613)	1.322.626	1.112.013
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.000.000.000	(320.000.000)	117.087.918	402.475	(2.107.724)	342.000.000	(605.798.328)	(148.415.659)	168.595.954	700.180.295	75.434.780	775.615.075

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		4.832.466.691	4.534.192.087
Pagamentos a fornecedores		(3.929.882.529)	(3.555.050.756)
Pagamentos ao pessoal		(528.850.650)	(501.164.871)
Fluxos gerados pelas operações		<u>373.733.512</u>	<u>477.976.460</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(50.026.729)	(6.191.259)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(4.285.470)	4.411.035
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>319.421.313</u>	<u>476.196.236</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	45	33.931.997	4.432.881
Activos fixos tangíveis		95.163.747	20.469.381
Activos fixos intangíveis		181.928	155.010
Juros e proveitos similares		1.032.179	4.528.665
Empréstimos concedidos		405.691.614	161.384.500
Dividendos		1.333.374	461.660
Outros		10.011.822	-
		<u>547.346.661</u>	<u>191.432.097</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	45	(54.857.023)	(21.516.094)
Activos fixos tangíveis		(202.583.161)	(310.616.677)
Activos intangíveis		(12.924.203)	(16.228.004)
Empréstimos concedidos		(421.880.260)	(158.786.000)
Outros		(1.000.530)	(1.728)
		<u>(693.245.177)</u>	<u>(507.148.503)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(145.898.516)</u>	<u>(315.716.406)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		5.754.401.364	10.186.721.460
Cobertura de Prejuizos		995.750	1.000.000
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		980.000	-
Entradas facultativas de capital		372.000.000	-
		<u>6.128.377.114</u>	<u>10.187.721.460</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(5.340.345.178)	(10.197.242.163)
Juros e custos similares		(40.174.270)	(69.345.711)
Dividendos		(495.000.000)	(85.004.170)
Aquisições de acções próprias		(320.000.000)	-
Outros		(2.390.325)	(422.298)
		<u>(6.197.909.773)</u>	<u>(10.352.014.342)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(69.532.659)</u>	<u>(164.292.882)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>103.990.138</u>	<u>(3.813.052)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>(128.333)</u>	<u>(284.775)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	21	<u>88.341.782</u>	<u>91.870.059</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	21	<u>192.460.253</u>	<u>88.341.782</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Investimentos, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 a 6 como Grupo Sonae Investimentos ("Sonae Investimentos"), cujas actividades principais se encontram descritas no Relatório de Gestão e na Nota 45.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adoptadas na União Europeia à data de publicação das contas.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para determinados instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2010:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2010:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09
IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas	1 – Jul-09
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10
IFRS 1 – Emendas (Isenções adicionais)	1-Jan-10
IFRS 2 – Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo)	1-Jan-10
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	1-Jul-09
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1-Jan-10)
Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09

A entrada em vigor durante 2010 das normas acima referidas não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas, com excepção dos descritos abaixo.

Durante o período foram adoptadas pela primeira vez as versões revistas do IFRS 3 – Concentração de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008), e IAS 28 – Investimentos em associadas (revisão de 2008).

Estas alterações vêm trazer algumas modificações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito:

- (a) ao apuramento do goodwill e à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados por interesses minoritários): institui a opção, numa base de transacção por transacção, de efectuar o cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção justo valor dos activos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos mesmos. Adicionalmente, o valor do goodwill passa a ser calculado como a diferença entre o preço de aquisição da participação acrescido do justo valor de eventuais interesses detidos à data de concentração e do valor de interesses sem controlo deduzidos do justo valor dos activos e passivos adquiridos;
- (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes: de acordo com a actual versão do IFRS 3 o valor de pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo o seu justo valor. Qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente passa a ser reconhecido por contrapartida do valor do goodwill apenas se ocorrerem dentro do

período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e apenas se estiverem relacionados com eventos anteriores à aquisição, caso contrário deverão ser registados por contrapartida de resultados;

- (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração: passam a ser geralmente registados directamente em resultados não afectando o valor do custo de aquisição da participação;
- (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo: até à adopção da versão revista da IAS 27 um incremento da percentagem de controlo sobre qualquer subsidiária implicava o apuramento de uma diferença de consolidação sendo que a diminuição da percentagem de controlo dava lugar ao reconhecimento de um ganho ou uma perda com a correspondente alienação. Com a adopção da nova norma as transacções que não dão origem a ganho ou perda de controlo sobre uma entidade são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de Capital Próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados;
- (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada: de acordo com a nova versão da norma em consequência da perda de controlo, deverão ser desreconhecidos activos e passivos das entidades correspondentes e qualquer interesse retido sobre a entidade alienada deverá ser remensurado a justo valor. O valor recebido em resultado da alienação acrescido do efeito da remensuração referida afectará o resultado do período.

Com aplicação obrigatória após 2010:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas (revisão)	01-01-2011
IFRS 1 – Emenda (Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez)	01-07-2010
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	01-02-2010
IFRIC 14 – Emenda (Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo)	01-01-2011
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	01-07-2010

As normas aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, mencionadas acima, não foram adoptadas pela Empresa em 2010, em virtude de a sua aplicação não ser obrigatória para este exercício económico, e a Empresa ter decidido não as adoptar antecipadamente.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa, decorrentes da adopção dessas normas.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae Investimentos detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pela Sonae Investimentos), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado na demonstração da posição financeira

consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respectivamente, na rubrica interesses sem controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.

O rendimento integral é atribuído aos proprietários do Grupo Sonae Investimentos e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou tomada de controlo podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos activos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como goodwill (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de activos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica "Outros rendimentos" após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos. O Grupo Sonae Investimentos optará numa base de transacção à transacção, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a proporção do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos interesses dos mesmos.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae Investimentos. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae Investimentos são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que a Sonae Investimentos detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, rendimentos e gastos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível à Sonae Investimentos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como goodwill (Nota 2.2 d)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica de "Outros rendimentos" após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae Investimentos e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível à Sonae Investimentos.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na nota 5.

c) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde a Sonae Investimentos exerce uma influência significativa mas não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae Investimentos nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como goodwill e mantidas no valor da rubrica investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.d)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimentos do exercício na rubrica rendimentos ou perdas relativos a empresas associadas após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção da Sonae Investimentos nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando a Sonae Investimentos tenha assumido compromissos para com a associada, situação em que é registada uma provisão por aqueles montantes.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae Investimentos na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 6.

d) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae Investimentos, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de actividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica Goodwill (Nota 12) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 6). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae Investimentos (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão incluída na rubrica "Outras Reservas e Resultados Transitados".

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae Investimentos ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

Nas situações em que as diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo Sonae Investimentos, empresas associadas e empreendimentos conjuntos, acrescido, no caso de filiais, do valor dos Interesses sem controlo e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, sejam negativas, as mesmas são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

e) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de "Reservas de conversão cambial". As

diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de "Outras reservas e resultados transitados".

O valor do goodwill e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), mas com perda de controlo, a correspondente diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.Dezembro.2010		31.Dezembro.2009	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Real Brasileiro	0,45092	0,42982	0,3982	0,36282

2.3 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o exercício de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

As despesas com reparação e manutenção de activos fixos tangíveis são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos fixos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos, sejam controláveis pela Sonae Investimentos e se possa medir fiavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae Investimentos demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem concluídos ou disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.5 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Situações em que a Sonae Investimentos age como Locatário

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o bem de acordo com a sua natureza, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

b) Situações em que o Grupo age como Locador

Na situação em que a Sonae Investimentos age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afectos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae Investimentos e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.6 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae Investimentos irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são incluídos na rubrica "Outros passivos correntes" e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como rendimentos na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Sonae Investimentos já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

2.7 Imparidade dos activos não correntes, excepto Goodwill

São efectuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados consolidada na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados ou imputáveis à aquisição, construção ou produção de activos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9 Existências

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respectivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização das existências, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em "Custo das vendas".

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae Investimentos tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae Investimentos sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.11 Instrumentos financeiros

A Sonae Investimentos classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a Demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na nota 9.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda;

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como "Investimentos não correntes", excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae Investimentos tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae Investimentos adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados no consolidado como Investimentos correntes.

A Sonae Investimentos classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor que corresponde ao valor de aquisição, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda são incluídas as despesas de transacção, exceptuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultado em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) nas rubricas, "Rendimentos e ganhos financeiros" ou "Gastos e perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas por imparidade em contas a receber", para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae Investimentos tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos da Sonae Investimentos após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na rubrica gastos e perdas financeiras da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.16. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

e) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

f) Instrumentos derivados

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os critérios utilizados pela Sonae Investimentos para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e taxas de câmbio são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura" incluída na rubrica "Reservas e resultados transitados", sendo transferidas para as rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiras" no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiras".

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efectuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a actualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do "leg" fixo e do "leg" variável do instrumento derivado, através da utilização de curvas de taxa de juro extraídas da Bloomberg.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica "Reservas de cobertura" incluída em "Reservas e resultados transitados" são transferidas para resultado líquido do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, "forwards" de taxas de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Adicionalmente, a Sonae Investimentos procede por vezes à contratação de derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração dos resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração dos resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxa de câmbio de forma a efectuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, na demonstração da posição financeira consolidada.

2.12 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

2.13 Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos os quais foram atribuídos pela Sonae Investimentos estão indexadas à evolução da cotação das acções da Sonae, SGPS, S.A. (empresa detentora da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.).

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre acções remíveis em dinheiro. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.14 Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

2.15 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae Investimentos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.16 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços, que não os relativos a agenciamento de viagens, são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da demonstração da posição financeira.

Relativamente à actividade de prestação de serviços de agenciamento de viagens, o reconhecimento de rendimentos verifica-se no momento da facturação ao cliente do serviço contratado. No encerramento de cada exercício contabilístico são feitos os ajustamentos necessários nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes" no sentido de reconhecer o rédito associado a serviços já prestados mas cuja facturação ainda não tinha ocorrido, bem como os gastos de subcontratos associados.

Os dividendos recebidos ou a receber são reconhecidos como rendimentos no exercício em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outras dívidas de terceiros".

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.17 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada exercício. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio a Sonae Investimentos contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.f)).

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.19 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de goodwill e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes;
- e) Determinação de justo valor de instrumentos financeiros derivados;
- f) Recuperabilidade de activos por impostos diferidos;
- g) Estimativa de provisão para extensões de garantia.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.20 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos operacionais identificados é incluída na Nota 46.

2.21 Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas em "Outras reservas", incluído em "Outras reservas e resultados transitados".

2.22 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 2.11.f), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do euro, conforme referido na Nota 2.17.

Reservas de acordo com o art. 342º do Código das Sociedades Comerciais:

As reservas constituídas de acordo com o art. 342º do Código das Sociedades Comerciais ("CSC"), reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria da Sonae Investimentos.

3.1 Risco de Mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação ou especulação.

3.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da Sonae Investimentos à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objectivo da Sonae Investimentos é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae Investimentos permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae Investimentos na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 0,75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2010 teria tido um impacto negativo nos resultados consolidados antes de impostos não superior a 8,9 milhões de euros (9 milhões de euros em 2009) e um impacto positivo nas reservas consolidadas não superior a 0,5 milhões de euros (1,6 milhões de euros em 2009), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na actividade da empresa.

3.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está apenas exposta ao risco taxa de câmbio nas transacções relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em USD;

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura do risco cambial acompanha toda a decisão de compra desde o momento da selecção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) com o objectivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os valores em euros dos saldos activos e passivos denominados em moeda estrangeira eram os seguintes:

	Activos		Passivos	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Real Brasileiro	28.126.526	17.023.089	8.590.147	8.426.783
Libra Inglesa	702	5.184	414.678	228.735
Dólar Americano	-	-	8.772.345	6.589.632
Outras moedas	6.636	29.981	777	908

Os montantes acima apresentados apenas incluem activos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial por via dos activos e passivos monetários à data da demonstração da posição financeira não é apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.2 Risco de Liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A Sonae Investimentos prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do sua da posição financeira.

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. O grupo assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respectiva a cada classe de passivos financeiros.

3.3 Risco de Crédito

A Sonae Investimentos está exposta ao risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou de débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Sonae Investimentos, estando portanto ao seu justo valor.

A Sonae Investimentos está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa selecção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional com *rating* emitido por agência de *rating* internacional mínimo de BBB ou equivalente.

4 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31.Dezembro.2010		31.Dezembro.2009	
		Directo	Total	Directo	Total
Sonae Investimentos- SGPS, S.A.	Matosinhos	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Arat Inmuebles, SA	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Azulino Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BB Food Service, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Best Offer - Prestação de Informações por Internet, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bikini, Portal de Mulheres, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Comércio Retalhista, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente - Industria e Distribuição Carnes, SA	a) Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a) Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Continente Hipermercados, SA	a) Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Difusão - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Edições Book.it, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor - Design e Serviços, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, SA	a)	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farmácia Selecção, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	a)	Maia	54,55%	54,55%	54,55%	54,55%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Global S - Hipermercado, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Good and Cheap - Comércio Retalhista, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Hipotética - Comércio Retalhista, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield - Informática, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inventory - Acessórios de Casa, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Just Sport - Comércio de Artigos de Desporto, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	a)	Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MC - SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalloop – Vestuário e Calçado, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

	Modelo Continente Hipermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Modelo Continente Seguros - Sociedade Mediação, SA	a)	Porto	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
	Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Hipermercados Trading, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo.com - Vendas p/Correspond., SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	NA - Comércio de Artigos de Desporto, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	NA - Equipamentos para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmaconcept – Actividades em Saúde, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solaris Supermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Capital Brasil, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaecenter Serviços II, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaerp – Retail Properties, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Retalho España - Servicios Generales, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sport Zone - Comércio de Artigos de Desporto, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) Sport Zone Canarias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	-	-
Sport Zone Espanã - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Têxtil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	92,76%	92,76%	80,37%	80,37%
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Todos os Dias - Com. Ret. Expl. C. Comer., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Well W - Electrodomésticos e Equipamentos, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) Worten Canarias, S.L.	a)	Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-
Worten - Equipamento para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten España Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy – Comércio e Distribuição, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy - Comércio Y Distribución, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

1) Filiais alienadas no exercício;

2) Filiais constituídas no exercício;

a) Controlo detido por maioria de votos;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de Administração.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, tendo em consideração que as subsidiárias são controladas pela Sonae Investimentos SGPS, S.A..

5 EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

As empresas controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 são os seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31.Dezembro.2010		31.Dezembro.2009	
		Directo	Total	Directo	Total
Equador & Mendes - Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	37,50%	50,00%	37,50%
Marcas do Mundo - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Movimentos Viagens - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Nova Equador Internacional, Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	37,50%	50,00%	37,50%
Puravida - Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Nova Equador P.C.O. e Eventos, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	37,50%	50,00%	37,50%
Raso SGPS, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Raso - Viagens e Turismo, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método proporcional.

Os montantes agregados, excluindo eliminações de intra-grupo, correspondentes às percentagens de detenção das empresas controladas conjuntamente, incluídas pelo método proporcional nas demonstrações consolidadas do exercício podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Activos não correntes	39.834.261	35.087.564
Activos correntes	28.372.242	30.936.870
Passivos não correntes	8.165.019	3.577.682
Passivos correntes	34.048.800	35.666.824
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Proveitos	101.419.804	99.308.194
Custos	102.574.679	102.025.017

6 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 são os seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
		31.Dezembro.2010		31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
		Directo	Total	Directo	Total		
1) MDS SGPS, SA	Maia	46,92%	46,92%	-	-	51.000.000	-
1) Mundo VIP	Lisboa	33,34%	33,34%	-	-	1.101.337	-
Sonaegest - Soc. Gestora de Fundos de Investimento, SA	Maia	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	539.748	824.888
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	1.246.672	1.551.585
Total						53.887.757	2.376.473

1) Associadas adquiridas no exercício.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Investimentos em associadas		
Saldo em 1 de Janeiro	2.376.473	64.671.483
Aquisições durante o exercício	52.101.337	-
Mudança de método de consolidação	-	(61.380.675)
Efeito em resultados	532.931	(652.675)
Distribuição de dividendos	(1.122.984)	(261.660)
	53.887.757	2.376.473

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas associadas podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Total de Activos	172.289.345	18.725.950
Total de Passivos	121.455.627	10.446.448
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Proveitos	67.568.853	69.864.523
Custos	65.698.606	66.906.494

Em resultado das aquisições acima referidas foi apurado Goodwill de 29.154.618 euros (relativamente à aquisição da MDS SGPS, S.A.) e 1.789.754 euros (relativamente à aquisição do Mundo VIP, S.A). Os montantes de Goodwill são apresentados juntamente com o valor de participação financeira de acordo com a política contabilística do Grupo.

Estas aquisições foram reportadas a 31 de Dezembro de 2010 tendo em consideração que foram efectuadas no quarto trimestre, não tendo sido apropriado qualquer resultado do exercício de 2010 em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial, pelo que os montantes divulgados acima quanto aos indicadores das demonstrações financeiras das associadas não incluem igualmente tais montantes.

7 OUTROS INVESTIMENTOS NÃO CORRENTES

Outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
		31.Dezembro.2010		31.Dezembro.2009		31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
		Directo	Total	Directo	Total		
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	7,14%	7,14%	7,14%	7,14%	9.976	9.976
Insko - Insular de Hiperc., SA	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	748.197	748.197
Outros investimentos						33.798.083	5.693
						<u>34.556.256</u>	<u>763.866</u>

Em outros investimentos financeiros estão registados 33.732.640 euros (45.121.122 euros em 31 de Dezembro de 2009, que estavam registados em activos correntes), relativos a montantes depositados numa *Escrow Account* e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de *rating* superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas pela Sonae Investimentos na venda da Sonae Distribuição Brasil, S.A. e para as quais foram constituídas provisões (Nota 32 e 33).

Embora de acordo com os prazos definidos contratualmente a *Escrow Account* já devesse ter sido libertada pelo comprador, a mesma ainda não o foi pelo facto de existirem alguns pontos de divergência quanto à utilização da referida *Escrow account*, nomeadamente quanto à possibilidade ou não, de retenção da *Escrow account* para processos fiscais em curso ainda não decididos (Nota 33). É entendimento do Conselho de Administração, consubstanciado em opiniões legais de advogados brasileiros e portugueses, que a razão assiste à Empresa facto pelo qual é convicção do mesmo que este montante será na sua totalidade recebido, existindo meios legais que poderão ser accionados de forma a obrigar a contraparte a autorizar o reembolso da *Escrow Account* decorrendo negociações para que tal montante possa ser recuperado em breve. O montante em questão foi reclassificado para activo não corrente dado que não é perspectiva que o montante seja realizado no prazo de 12 meses.

O valor de outros investimentos inclui ainda Investimentos em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável, mantêm-se ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o movimento ocorrido no valor dos outros investimentos não correntes, foi o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Outros Investimentos		
Saldo em 1 de Janeiro	827.896	787.936
Aquisições durante o exercício	-	-
Variações de perímetro	-	2.500
Alienações durante o exercício	(41.941)	-
Transferências (Nota 13)	33.732.639	37.460
Saldo em 31 de Dezembro	34.518.594	827.896
Perdas por imparidade acumuladas	(22.338)	(64.029)
	<u>34.496.256</u>	<u>763.866</u>
Adiantamentos para investimentos financeiros		
Saldo em 1 de Janeiro	-	1.584.193
Variações de perímetro	-	(1.584.193)
Aumentos	60.000	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>60.000</u>	<u>-</u>
	<u>34.556.256</u>	<u>763.866</u>

8 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As alienações de empresas ocorridas no período findo em 31 de Dezembro de 2010, foram as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Directo	Total
Imobiliário do retalho			
Difusão Sociedade imobiliária, SA	Maia	100,00%	100,00%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, SA	Maia	100,00%	100,00%
Gestão de investimentos			
Modelo Continente Seguros - Sociedade Mediação, SA	Porto	100,00%	75,00%

Os efeitos das alienações pode ser analisado como segue:

	Data da Alienação				31.Dezembro.2009
	Mod. Cont. Seg. - Soc. Med.	Sontária	Difusão	Total	
Activos líquidos alienados					
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 10 e 11)	1.058.540	3.613.563	26.237.804	30.909.907	32.233.072
Activos por impostos diferidos (Nota 20)	15.246	(0)	45.191	60.437	64.889
Outros activos	111.985	10.178	1.775.423	1.897.586	2.733.034
Caixa e equivalentes de caixa	1.095	544	258.238	259.877	9.526
Passivos por impostos diferidos (Nota 20)	(65.343)	-	(554.498)	(619.841)	(540.330)
Outros passivos	(1.453.692)	(2.990.482)	(26.012.429)	(30.456.603)	(34.453.779)
	<u>(332.169)</u>	<u>633.803</u>	<u>1.749.729</u>	<u>2.051.363</u>	<u>46.412</u>
Goodwill (Nota 12)	-	3.069.135	-	3.069.135	
Interesses sem controlo (Nota 23)	(557.535)	-	-	(557.535)	
Suprimentos, operações de tesouraria e juros	-	2.740.052	25.166.711	27.906.763	
Custos suportados com a alienação	-	-	644.896	644.896	
Ganho na alienação	4.135.478	2.417.301	5.816.838	12.369.617	
Preço da alienação	<u>3.245.774</u>	<u>8.860.291</u>	<u>33.378.174</u>	<u>45.484.239</u>	
Recebimentos efectivos	1.075.000	-	33.378.174	34.453.174	
Montantes a receber no futuro (Nota 14 e 17)	2.170.773	8.860.291	-	11.031.064	
	<u>3.245.773</u>	<u>8.860.291</u>	<u>33.378.174</u>	<u>45.484.238</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação					
Recebimentos efectivos	1.075.000	-	33.378.174	34.453.174	
Recebimentos efectivos relativos a suprimentos e juros	-	-	375.263	375.263	
Pagamentos de custos já efectivos	-	-	(644.896)	(644.896)	
Caixa e equivalentes de caixa alienados	(1.095)	(544)	(258.238)	(259.877)	
	<u>1.073.905</u>	<u>(544)</u>	<u>32.850.303</u>	<u>33.923.664</u>	

A empresa Difusão detém um imóvel o qual, após alienação daquela filial, se manteve a ser utilizado pelo Grupo mediante um contrato de locação operacional por um período de 20 anos sendo possível a prorrogação do prazo por períodos adicionais.

As participações financeiras na Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A. e Modelo e Continente Seguros – Sociedade de Mediação, Lda. foram alienadas a entidades relacionadas do Grupo Sonae Investimentos.

9 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.11, foram classificados como segue:

	Nota	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Activos registados a justo valor por resultados (Nota 26)	Derivados de cobertura (Nota 26)	Sub-total	Activos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de Dezembro de 2010								
Activos não correntes								
Outros investimentos	7	33.732.640	823.616	-	-	34.556.256	-	34.556.256
Outros activos não correntes	14	36.892.152	-	-	-	36.892.152	499.472	37.391.624
		<u>70.624.792</u>	<u>823.616</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71.448.408</u>	<u>499.472</u>	<u>71.947.880</u>
Activos correntes								
Clientes	16	39.793.524	-	-	-	39.793.524	-	39.793.524
Outras dívidas de terceiros	17	107.928.638	-	-	-	107.928.638	-	107.928.638
Outros investimentos financeiros	13	15.185.750	-	-	457.159	15.642.909	-	15.642.909
Caixa e equivalentes de caixa	21	200.024.469	-	-	-	200.024.469	-	200.024.469
		<u>362.932.381</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>457.159</u>	<u>363.389.540</u>	<u>-</u>	<u>363.389.540</u>
		<u>433.557.173</u>	<u>823.616</u>	<u>-</u>	<u>457.159</u>	<u>434.837.948</u>	<u>499.472</u>	<u>435.337.420</u>
A 31 de Dezembro de 2009								
Activos não correntes								
Outros investimentos	7	-	763.866	-	-	763.866	-	763.866
Outros activos não correntes	14	3.768.746	-	-	-	3.768.746	567.810	4.336.556
		<u>3.768.746</u>	<u>763.866</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.532.612</u>	<u>567.810</u>	<u>5.100.422</u>
Activos correntes								
Clientes	16	36.331.126	-	-	-	36.331.126	-	36.331.126
Outras dívidas de terceiros	17	128.845.634	-	-	-	128.845.634	-	128.845.634
Outros investimentos financeiros	13	57.294.670	-	365.121	-	57.659.791	-	57.659.791
Caixa e equivalentes de caixa	21	111.407.067	-	-	-	111.407.067	-	111.407.067
		<u>333.878.497</u>	<u>-</u>	<u>365.121</u>	<u>-</u>	<u>334.243.618</u>	<u>-</u>	<u>334.243.618</u>
		<u>337.647.243</u>	<u>763.866</u>	<u>365.121</u>	<u>-</u>	<u>338.776.230</u>	<u>567.810</u>	<u>339.344.040</u>

Passivos financeiros

	Nota	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Passivos registados a justo valor por resultados (Nota 26)	Derivados de cobertura (Nota 26)	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de Dezembro de 2010							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	24	303,599,257	-	-	303,599,257	-	303,599,257
Empréstimos obrigacionistas	24	899,337,511	-	-	899,337,511	-	899,337,511
Credores por locação financeira	24 e 25	7,170,863	-	-	7,170,863	-	7,170,863
Outros empréstimos	24	162,624	-	-	162,624	-	162,624
Outros passivos não correntes	27	421,512,555	-	-	421,512,555	3,895,731	425,408,286
		<u>1,631,782,810</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1,631,782,810</u>	<u>3,895,731</u>	<u>1,635,678,541</u>
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	24	10,889,883	-	-	10,889,883	-	10,889,883
Empréstimos obrigacionistas	24	89,554,618	-	-	89,554,618	-	89,554,618
Credores por locação financeira	24 e 25	2,752,393	-	-	2,752,393	-	2,752,393
Outros empréstimos	24	33,466	76,618	5,168,762	5,278,846	-	5,278,846
Fornecedores	29	1,121,852,468	-	-	1,121,852,468	-	1,121,852,468
Outras dívidas a terceiros	30	154,874,375	-	-	154,874,375	-	154,874,375
		<u>1,379,957,203</u>	<u>76,618</u>	<u>5,168,762</u>	<u>1,385,202,583</u>	<u>-</u>	<u>1,385,202,583</u>
		<u>3,011,740,013</u>	<u>76,618</u>	<u>5,168,762</u>	<u>3,016,985,393</u>	<u>3,895,731</u>	<u>3,020,881,124</u>

A 31 de Dezembro de 2009**Passivos não correntes**

Empréstimos bancários	24	285.894.893	-	-	285.894.893	-	285.894.893
Empréstimos obrigacionistas	24	987.483.025	-	-	987.483.025	-	987.483.025
Credores por locação financeira	24 e 25	8.620.393	-	-	8.620.393	-	8.620.393
Outros empréstimos	24	198.853	-	-	198.853	-	198.853
Outros passivos não correntes	27	13.078.044	-	-	13.078.044	3.144.884	16.222.928
		<u>1.295.275.208</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.295.275.208</u>	<u>3.144.884</u>	<u>1.298.420.092</u>

Passivos correntes

Empréstimos bancários	24	26.390.951	-	-	26.390.951	-	26.390.951
Empréstimos obrigacionistas	24	64.899.489	-	-	64.899.489	-	64.899.489
Credores por locação financeira	24 e 25	4.704.670	-	-	4.704.670	-	4.704.670
Outros empréstimos	24	33.466	79.039	7.823.283	7.935.788	-	7.935.788
Fornecedores	29	1.062.040.575	-	-	1.062.040.575	-	1.062.040.575
Outras dívidas a terceiros	30	133.158.621	-	-	133.158.621	-	133.158.621
		<u>1.291.227.772</u>	<u>79.039</u>	<u>7.823.283</u>	<u>1.299.130.094</u>	<u>-</u>	<u>1.299.130.094</u>
		<u>2.586.502.980</u>	<u>79.039</u>	<u>7.823.283</u>	<u>2.594.405.302</u>	<u>3.144.884</u>	<u>2.597.550.186</u>

A 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os instrumentos financeiros registados a justo valor por resultados correspondem apenas a instrumentos financeiros derivados que não se qualificam como de cobertura.

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O quadro abaixo detalha os instrumentos financeiros que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado activo;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

	31.Dezembro.2010			31.Dezembro.2009		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos	-	457.159	-	-	365.122	-
	-	457.159	-	-	365.122	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	-	5.168.762	-	-	7.823.283	-
	-	5.168.762	-	-	7.823.283	-

10 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Activos fixos tangíveis						Total activos fixos tangíveis
	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Activo bruto:							
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	1.496.938.520	717.639.990	19.243.726	100.438.037	30.827.572	195.762.509	2.560.850.354
Investimento	13.592.515	1.175.373	85.291	4.039.525	79.557	279.410.521	298.382.782
Aquisições de filiais	94.389.008	1.165.807	9.721	455.278	52.594	51.140.433	147.212.841
Desinvestimento	(6.742.135)	(22.416.074)	(780.574)	(5.311.735)	(1.270.088)	(27.006.341)	(63.526.947)
Variações cambiais	85.614	242.867	7.459	169.281	-	-	505.221
Transferências	125.907.703	250.304.719	1.935.027	12.252.525	6.337.484	(406.844.261)	(10.106.803)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2010	1.724.171.225	948.112.682	20.500.650	112.042.911	36.027.119	92.462.861	2.933.317.448
Investimento	11.169.685	3.220.765	206.796	1.647.124	60.506	175.638.820	191.943.696
Desinvestimento	(66.352.907)	(37.244.222)	(1.251.303)	(14.477.256)	(2.420.138)	(2.885.372)	(124.631.198)
Alienações de filiais (nota 8)	(35.610.467)	(3.786.739)	-	(306.791)	-	(23.904)	(39.727.901)
Variações cambiais	30.113	140.865	5.066	110.170	-	-	286.214
Transferências	41.481.451	147.900.282	1.561.296	7.364.708	3.104.694	(222.878.560)	(21.466.129)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	1.674.889.100	1.058.343.633	21.022.505	106.380.866	36.772.181	42.313.845	2.939.722.130
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	192.480.780	340.961.819	14.532.932	66.543.019	22.030.535	-	636.549.085
Depreciações e perdas por imparidade do exercício	26.190.902	76.013.208	1.913.068	14.421.593	5.112.918	-	123.651.689
Aquisições de filiais	18.326	943.697	8.490	425.589	49.132	-	1.445.234
Desinvestimento	(554.679)	(17.920.041)	(755.471)	(4.931.820)	(1.032.434)	-	(25.194.445)
Variações cambiais	47.514	107.181	4.018	59.679	-	-	218.392
Transferências	-	(1.561.674)	(9.190)	(278.294)	3.228	-	(1.845.930)
Saldo inicial 1 de Janeiro de 2010	218.182.843	398.544.190	15.693.847	76.239.766	26.163.379	-	734.824.025
Depreciações e perdas por imparidade do exercício	28.588.157	94.905.459	2.020.606	12.695.373	4.941.421	-	143.151.016
Desinvestimento	(7.216.109)	(33.504.597)	(1.234.183)	(14.179.485)	(2.333.832)	-	(58.468.206)
Alienações de filiais (Nota 8)	(5.940.969)	(3.471.935)	-	(156.868)	-	-	(9.569.772)
Variações cambiais	17.442	74.926	1.524	44.761	-	-	138.653
Transferências	(428.731)	(1.096.755)	(34.984)	(946.739)	(103.829)	-	(2.611.038)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	233.202.633	455.451.288	16.446.810	73.696.808	28.667.139	-	807.464.678
Valor líquido							
A 31 de Dezembro de 2009	1.505.988.382	549.568.492	4.806.803	35.803.145	9.863.740	92.462.861	2.198.493.423
A 31 de Dezembro de 2010	1.441.686.467	602.892.345	4.575.695	32.684.058	8.105.042	42.313.845	2.132.257.452

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Imobilizado em Curso" referem-se aos seguintes projectos:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Remodelação e expansão de lojas em Portugal	24.944.491	42.956.387
Remodelação e expansão de lojas em Espanha	6.391.982	4.787.987
Projectos de Lojas Modelo e Continente para as quais foram efectuados adiantamentos	10.389.230	13.005.347
Construção em curso na Maia (Parque de Negócios)	-	30.981.983
Outros	588.142	731.157
	<u>42.313.845</u>	<u>92.462.861</u>

O valor de desinvestimento líquido em "Activos fixos tangíveis", inclui 44.471.990 euros relativos às operações de Sale & leaseback dos seguintes activos imobiliários: Campo Grande, Leiria, Mem Martins, Odivelas, Peniche, Póvoa de Varzim, Quinta do Conde e Rio Tinto. A operação de venda de imóveis foi seguida do início de contratos de locação operacional

por períodos de 20 anos sendo possível em determinadas circunstâncias a sua prorrogação e existindo direitos de preferência por parte da entidade e opção de recompra com base no justo valor do imóvel no prazo de locação.

As transferências mais significativas das rubricas de "Activos fixos tangíveis" referem-se à classificação como Activos não correntes detidos para venda de dois terrenos do Gupo Sonae Investimentos, em Alverca e Torres Vedras, que se encontravam registados pelo valor líquido de amortizações de 13.342.458 euros. Esses activos encontram-se, em 31 de Dezembro de 2010, registados a justo valor deduzidos de custos de venda estimados na rubrica da demonstração da posição financeira " Activos não correntes detidos para venda" pelo valor de 9.500.686 euros, tendo o diferencial de valorização dos imóveis em causa sido registado na rubrica da demonstração dos resultados, "Outros gastos" (Nota 41).

11 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Activos fixos intangíveis					
	Propriedade industrial	Software	Trespases	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total activos intangíveis
Activo bruto:						
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	93.146.363	122.614.082	16.744.110	1.790.425	20.204.279	254.499.259
Investimento	636.750	104.497	-	10.500	14.563.291	15.315.038
Aquisições de filiais	2.569.260	2.110	-	-	-	2.571.370
Desinvestimento	(2)	(91.270)	-	-	(117.467)	(208.739)
Variações cambiais	-	43.529	-	-	-	43.529
Transferências	3.671.700	14.266.288	(1.030.915)	(17.458)	(23.186.918)	(6.297.303)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2010	100.024.071	136.939.236	15.713.195	1.783.467	11.463.185	265.923.154
Investimento	1.627.066	420.903	-	-	13.125.107	15.173.076
Desinvestimento	(1.309.019)	(427.852)	(1.008.821)	-	(16.241)	(2.761.933)
Alienações de filiais (Nota 8)	(1.930)	(1.318.060)	-	-	(90.839)	(1.410.829)
Variações cambiais	-	40.348	-	-	-	40.348
Transferências	1.090.273	7.422.054	75.000	-	(10.098.538)	(1.511.211)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	101.430.461	143.076.629	14.779.374	1.783.467	14.382.674	275.452.605
Amortizações e perdas por impar. acumuladas						
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	8.010.594	64.555.623	16.127.634	1.516.052	-	90.209.903
Amortizações do exercício	3.195.382	14.153.413	79.902	104.642	-	17.533.339
Aquisições de filiais	32.799	2.110	-	-	-	34.909
Desinvestimento	(2)	(4.493)	-	-	-	(4.495)
Variações cambiais	-	26.854	-	-	-	26.854
Transferências	(116.707)	(3.199.895)	(881.057)	-	-	(4.197.659)
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2010	11.122.066	75.533.612	15.326.479	1.620.694	-	103.602.851
Amortizações do exercício	3.650.826	16.664.297	-	75.320	-	20.390.443
Desinvestimento	(129.676)	(342.629)	(951.451)	-	-	(1.423.756)
Alienações de filiais (Nota 8)	(687)	(658.364)	-	-	-	(659.051)
Variações cambiais	-	20.079	-	-	-	20.079
Transferências	(51.987)	(100.133)	-	(4)	-	(152.124)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	14.590.542	91.116.861	14.375.028	1.696.010	-	121.778.441
Valor líquido						
A 31 de Dezembro de 2009	88.902.005	61.405.624	386.716	162.773	11.463.185	162.320.303
A 31 de Dezembro de 2010	86.839.919	51.959.768	404.346	87.457	14.382.674	153.674.164

O valor de activos intangíveis em curso diz respeito, fundamentalmente, a projectos informáticos e desenvolvimento de software.

Adicionalmente encontrava-se ainda registado na rubrica de Propriedade industrial o justo valor atribuído a um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente no valor de 75.000.000 euros, igual montante em 2009.

12 GOODWILL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na rubrica de Goodwill, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Valor Bruto:		
Saldo inicial	528.076.621	529.211.677
Novas empresas no consolidado (Nota 8)	-	2.297.794
Saída de empresas (Nota 8)	(9.886.491)	-
Transferências	1.419.908	-
Diminuições	-	(3.432.850)
Saldo final	<u>519.610.038</u>	<u>528.076.621</u>
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	8.191.583	8.191.583
Saída de empresas (Nota 8 e 32)	(6.817.356)	-
Saldo final	<u>1.374.227</u>	<u>8.191.583</u>
Valor líquido	<u>518.235.811</u>	<u>519.885.038</u>

O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio e dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento e posteriormente repartido por cada uma das lojas.

O valor alocado a activos imobiliários é alocado a cada um dos imóveis existentes na data de aquisição.

São efectuados testes anuais de imparidade sobre o goodwill e sempre que existam indicações que o goodwill pode estar em imparidade.

Para este efeito a Sonae Investimentos recorre aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio para períodos de 5 anos onde se projectam os cash-flows de cada uma das unidades, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais acções que serão levadas a cabo por cada um dos negócios, bem como um estudo aturado da alocação dos recursos da Sonae Investimentos.

As simulações são feitas com um custo médio ponderado de capital entre 7 e 10% dependendo do mercado e do segmento da insígnia. É considerada uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade de 0 a 1 %.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor das diferenças de consolidação pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Retalho base alimentar	405.645.382	404.610.544
Retalho especializado	84.184.028	84.184.028
Gestão de Investimentos	20.884.949	20.884.949
Imobiliário de retalho	3.410.263	3.410.263
Outros	4.111.189	6.795.254
	<u>518.235.811</u>	<u>519.885.038</u>

13 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Outros investimentos financeiros		
Saldo em 1 de Janeiro	57.294.670	60.956.595
Aumentos durante o exercício	3.016.812	7.118.919
Diminuições durante o exercício	(11.002.536)	(10.780.844)
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	-
Transferências	(34.123.196)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>15.185.750</u>	<u>57.294.670</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>15.185.750</u>	<u>57.294.670</u>
Instrumentos financeiros derivados		
Justo valor em 1 de Janeiro	365.121	1.849.128
Aumento/(diminuição) no justo valor	92.038	(1.484.007)
Justo valor em 31 de Dezembro (Nota 26)	<u>457.159</u>	<u>365.121</u>
Total de outros investimentos financeiros (Nota 9)	<u>15.642.909</u>	<u>57.659.791</u>

14 OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Empréstimos concedidos a empresas Associadas	17.555.234	-
Clientes e outros devedores		
Cauções (a)	4.680.630	2.949.266
Depósitos judiciais (b)	927.976	819.480
Reconhecimento valor a receber da Carrefour (c)	11.543.000	-
Valor a receber referente á venda da Modelo Cont.Seguros	2.170.773	-
Outros	14.539	-
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	<u>36.892.152</u>	<u>3.768.746</u>
Outros activos não correntes	<u>499.472</u>	<u>567.810</u>
	<u>37.391.624</u>	<u>4.336.556</u>

Os valores registados em Clientes e outros devedores não correntes, correspondem fundamentalmente a:

- Montantes relativos a cauções de contratos de locação de imóveis das lojas do Grupo em Espanha, que não se encontram vencidas a esta data;
- Montantes relativos a depósitos judiciais efectuados por uma filial brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica "Outros passivos não correntes" (Nota 27), estes valores não apresentam maturidade definida;
- Em resultado dos acordos celebrados em 2005, pela anterior subsidiária - Sonae Distribuição Brasil, S.A. (alienada ao Grupo Wall-Mart em 2005) com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda, a Sonae assumiu a responsabilidade de indemnizar o Carrefour por eventuais despesas que viessem a revelar-se necessárias para efeitos de finalização do processo de licenciamento de 10 lojas no Estado de S. Paulo que foram vendidas àquela entidade. Durante 2010, o Carrefour exerceu uma garantia bancária "on first demand" pelo valor de 25.340.145,80 Reais (aproximadamente 11 milhões de Euros) para fazer face a supostas despesas incorridas com as referidas lojas e que alegadamente se destinaram a sanar deficiências apontadas pelas autoridades competentes para efeitos de licenciamento das lojas, sem que contudo tenha sido apresentada à Sonae prova das referidas despesas e bem assim demonstrada a necessidade da realização das referidas despesas para efeitos de licenciamento das lojas, nos termos dos contratos celebrados.

Com base no entendimento do Conselho de Administração e parecer dos advogados do grupo, o valor do pagamento efectuado é considerado indevido estando em curso os procedimentos necessários para instaurar processo judicial contra o Carrefour Comércio e Indústria Ltda no sentido de recuperar judicialmente tais montantes, cuja probabilidade de sucesso de acordo com os advogados e de acordo com o Conselho de Administração é muito elevada atendendo ao facto da inexistência de evidência e prova da realização das despesas e sua elegibilidade nos termos do contrato, e bem assim atendendo aos prazos de prescrição existentes na lei brasileira.

De acordo com os advogados, ao valor indevidamente recebido pelo Carrefour e que será objecto de pedido de indemnização por parte da Sonae (25.340.145,80 Reais), acrescerão juros à taxa SELIC sendo expectativa que o processo se mantenha em curso durante um período de até 8 anos.

15 EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	689.675	478.165
Mercadorias	684.133.662	607.095.836
Produtos acabados e intermédios	199.723	202.575
Produtos e trabalhos em curso	273.471	146.535
	<u>685.296.531</u>	<u>607.923.111</u>
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 32)	(20.666.324)	(18.954.690)
	<u>664.630.207</u>	<u>588.968.421</u>

O custo das vendas nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi apurado como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Existências iniciais	607.574.001	549.329.990
Variações de perímetro	-	805.629
Compras	3.655.807.606	3.500.491.469
Regularizações de existências	(6.974.559)	(6.711.302)
Existências finais	<u>684.823.337</u>	<u>607.574.001</u>
	<u>3.571.583.711</u>	<u>3.436.341.785</u>
Perdas por imparidade (Nota 32)	1.602.827	311.575
	<u>3.573.186.538</u>	<u>3.436.653.360</u>

Os montantes inscritos na rubrica de 'Regularizações de existências', em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, referem-se, essencialmente, a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

16 CLIENTES

O detalhe de clientes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Cientes correntes	40.393.272	36.212.476
Cientes de cobrança duvidosa	5.662.412	8.659.576
	<u>46.055.684</u>	<u>44.872.052</u>
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(6.262.160)	(8.540.926)
	<u>39.793.524</u>	<u>36.331.126</u>

A rubrica de Clientes correntes inclui 8.363.623 euros (8.082.308 Euros em 31 de Dezembro de 2009) relativo a clientes das agências de viagens, bem como 13.109.761 euros (15.127.459 Euros em 31 de Dezembro de 2009), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas.

Os valores apresentados acima correspondem fundamentalmente a dívidas originadas pelo curso normal da actividade da Sonae Investimentos. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira são líquidos de perdas de imparidade, pelo que o valor registado em Clientes representa um valor próximo do seu justo valor uma vez que os mesmos não vencem juros mas o efeito de desconto é considerado imaterial.

A 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	Clientes	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Não vencido	11.117.060	17.466.169
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 90 dias	23.114.340	17.129.117
+ 90 dias	2.125.381	1.619.721
Total	25.239.721	18.748.838
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	2.218.162	144.612
90 - 180 dias	1.161.363	69.111
180 - 360 dias	489.425	526.502
+ 360 dias	5.829.953	7.916.820
Total	9.698.903	8.657.045
	46.055.684	44.872.052

Os saldos de clientes que não estão vencidos não apresentam qualquer sinal de imparidade, o valor contabilístico dos activos líquidos de imparidade é considerado como estando próximo do seu justo valor.

17 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	41.268	1.008.193
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	74.842.000	70.708.453
Vendas c/créditos s/terceiros	4.121.362	1.275.849
Regime esp.reg.dividas ao Fisco e Seg.Social (Dec.Lei 248-A)	12.382.502	13.999.945
IVA de imóveis e de descontos de talões	5.676.892	17.696.916
Alienação de investimentos financeiros (Nota 8)	8.860.291	-
Alienação de activos fixos tangíveis	2.646.339	4.957.938
Revogação de contratos para aquisição de lojas	6.700.000	14.642.280
Outros activos correntes	11.540.237	21.044.317
	126.769.623	144.325.698
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(18.882.253)	(16.488.257)
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	107.928.638	128.845.634

A 31 de Dezembro de 2010, o valor de Fornecedores c/c - saldos devedores está sobretudo associado à existência de receitas comerciais diversas debitadas a fornecedores e que não foram ainda deduzidas aos créditos de compras futuras.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social, corresponde basicamente a impostos pagos, que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável para a Sonae Investimentos facto pelo qual não registou qualquer perda por imparidade relativamente a estes activos.

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado e não têm uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os doze meses.

A 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Não vencido	23.318.350	62.081.785
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 90 dias	69.305.254	54.168.127
+ 90 dias	13.385.545	11.734.186
Total	82.690.799	65.902.313
Vencido com registo de imparidade		
0 - 180 dias	1.815.713	475.884
180 - 360 dias	407.477	2.435.882
+ 360 dias	18.578.553	14.438.027
Total	20.801.743	17.349.793
	126.810.892	145.333.891

Os devedores que não estão vencidos não apresentam qualquer sinal de imparidade, o valor contabilístico dos activos líquidos de imparidades é considerado como estando próximo do seu justo valor.

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	2.264.262	1.924.355
Imposto sobre o valor acrescentado	34.894.596	24.964.725
Outros Impostos	1.774.772	1.490.624
	38.933.630	28.379.704
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	19.955.295	29.309.595
Imposto sobre o valor acrescentado	17.847.307	24.620.277
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	4.695.308	1.918.973
Contribuições para a Segurança Social	10.286.418	9.383.376
Outros Impostos	106.672	402.019
	52.891.000	65.634.240

19 OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Receitas comerciais	15.897.088	13.001.652
Juros a receber	1.764.353	1.674.227
Comissões a receber	1.679.770	1.640.164
Rendas	5.843.859	3.916.650
Serviços de gestão de condomínios	1.784.906	1.702.948
Seguros	3.855.977	3.054.380
Sinistros	1.514.969	186.255
Licenças Software	1.354.762	1.340.938
Outros activos correntes	8.255.392	6.020.929
	41.951.076	32.538.142

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	2.636.088	3.450.247	29.793.323	29.131.447
Homogeneização de amortizações	10.696	29.142	54.161.634	47.638.444
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	5.794.376	5.308.282	-	-
Anulação de activos fixos tangíveis e intangíveis	6.042.666	7.811.377	-	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	815.455	1.622.203	54.899	96.757
Amortização da diferença de consolidação para efeitos fiscais	-	-	20.940.048	13.960.032
Diferenças de câmbio não tributadas	-	-	-	928.553
Reavaliações de activos fixos tangíveis	-	-	1.856.488	2.129.663
Prejuízos fiscais reportáveis	83.007.413	72.114.888	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	1.338.941	2.102.270
Outros	653.140	134.898	57.132	757.252
	98.959.834	90.471.037	108.202.465	96.744.418

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como segue:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Saldo inicial	90.471.037	67.426.816	96.744.418	81.182.365
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	(931.451)	(395.583)	(654.055)	1.981.706
Homogeneização de amortizações	(18.447)	98.883	7.116.993	8.391.966
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente	428.177	(1.898.596)	-	-
Anulação de activos fixos tangíveis e intangíveis	(1.713.182)	(1.478.421)	(9.349)	(4.774)
Anulação de custos diferidos	-	-	-	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	30.126	(105.155)	(45.686)	77.546
Reavaliações de activos tangíveis reintegráveis	-	-	(227.935)	(149.910)
Prejuízos fiscais reportáveis	10.867.138	27.076.410	-	-
Amortização das diferenças de consolidação para efeitos fiscais	-	-	6.980.016	6.980.016
Diferenças de câmbio não tributadas	-	-	(1.136.223)	(5.422.220)
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	(763.329)	(155.523)
Efeito de alteração de taxa de imposto	122.202	-	1.285.468	-
Outros	525.342	(1.456.513)	(566.687)	160.953
	9.309.905	21.841.025	11.979.213	11.859.760
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	(837.501)	304.313	3.828	(470.808)
Conversão cambial	76.830	745.155	94.847	1.051.253
Outros	-	-	-	2.614
	(760.671)	1.049.468	98.675	583.059
Aquisição de filiais	-	153.728	-	3.119.234
Alienação de filiais (Nota 8)	(60.437)	-	(619.841)	-
Imputação de justo valor em aquisição de filiais	-	-	-	-
Saldo final	98.959.834	90.471.037	108.202.465	96.744.418

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, nas empresas em Portugal, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos activos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%, acrescido de aproximadamente 2%, nas empresas que se perspectiva o pagamento de derrama estadual (apenas em 2010 tendo em consideração a entrada em vigor da legislação que institui a Derrama Estadual). Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respectivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquelas datas, os mesmos eram ser reportáveis como segue:

	31.Dezembro.2010			31.Dezembro.2009		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2004	-	-	2010	159.844	39.961	2010
Gerados em 2005	296.604	74.151	2011	509.857	127.464	2011
Gerados em 2006	-	-	2012	-	-	2012
Gerados em 2007	801.519	200.380	2013	15.270.805	3.817.701	2013
Gerados em 2008	3.541.099	885.276	2014	3.571.591	892.898	2014
Gerados em 2009	9.829.967	2.457.492	2015	10.454.096	2.613.524	2015
Gerados em 2010	1.209.545	302.387	2014			
	<u>15.678.734</u>	<u>3.919.686</u>		<u>29.966.194</u>	<u>7.491.549</u>	
Sem limite de data de utilização	-	-		940.305	319.704	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	263.625.755	79.087.727		214.345.452	64.303.636	
	<u>263.625.755</u>	<u>79.087.727</u>		<u>215.285.757</u>	<u>64.623.339</u>	
	<u>279.304.489</u>	<u>83.007.413</u>		<u>245.251.950</u>	<u>72.114.888</u>	

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foram avaliados os activos por impostos diferidos a reconhecer, os quais só foram registados na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis ou até à concorrência de passivos por impostos diferidos que sejam registados pela mesma entidade e que cuja reversão seja expectável que ocorra na mesma data. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae Investimentos, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 no segmento Retalho Especializado, foram constituídos activos por impostos diferidos no montante de, aproximadamente, 18.240.000 Euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis da filial Worten España, S.A. gerados no exercício e em exercícios anteriores, dos quais 11.829.000 euros relativos a prejuízos gerados em data anterior à aquisição e tendo afectado o calculo da respectiva diferença de consolidação negativa constatada. Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2010, foram acrescidos os activos por impostos diferidos relativos aos prejuízos gerados nos exercícios no valor de 15.803.178 euros na Worten Espanã, S.A. e 9.378.757 euros na Sport Zone Espanã, S.A.. O registo de activos por impostos diferidos está suportado em planos de negócio das Empresas que prevêem a sua recuperação num prazo compreendido entre 6 e 8 anos (na perspectiva mais conservadora), sendo que em Espanha o prazo para reporte de prejuízos fiscais é de 15 anos.

O Grupo apresenta em 31 de Dezembro de 2010 um valor de 33.504.788 euros (29.632.938 euros em 31 de Dezembro de 2009) de activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 da Sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. e que podem, ser recuperados na esfera tributária da Sucursal em Espanha, de acordo com a legislação espanhola, por um período de 15 anos. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A. em Espanha era em 31 de Dezembro de 2010, entidade dominante de um consolidado fiscal em Espanha. É entendimento do Conselho de Administração, com base em planos de negócio existentes, que tais activos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis.

Adicionalmente a legislação espanhola permitia a dedução anual, para efeitos fiscais, de 5% do goodwill apurado na aquisição de participações financeiras em sociedades não residentes que tenham ocorrido em data anterior a 21 de Dezembro de 2007. O Grupo, neste âmbito, encontra-se a registar passivos por impostos diferidos relacionados com a amortização do goodwill gerado com a compra da participação financeira na Continente Hipermercados (ex-Carrefour Portugal) no valor de 465.334.400 euros (valor do Goodwill para efeitos fiscais).

Durante o exercício de 2010, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal da Modelo Continente Hipermercados da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, no montante de, aproximadamente, 23.266.000 Euros relativos à amortização de Goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. Aquela Sucursal procedeu já à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 15 de Dezembro de 2010, entendendo que o referido processo de reclamação lhe será favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos activos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de prejuízos fiscais gerados com a amortização de Goodwill, incluindo os relativos a 2008, ascendem a 69.800.000 Euros (46.533.000 Euros em 31 de Dezembro de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 42.730.667 euros (30.903.888 euros em 31 de Dezembro de 2009), cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados.

	31.Dezembro.2010			31.Dezembro.2009		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2004	-	-	2010	292.987	73.247	2010
Gerados em 2005	22.523	5.631	2011	22.523	5.631	2011
Gerados em 2006	337.684	84.420	2012	337.684	84.420	2012
Gerados em 2007	819.543	204.886	2013	819.543	204.886	2013
Gerados em 2008	5.191.322	1.297.831	2014	5.191.322	1.297.831	2014
Gerados em 2009	3.392.370	848.091	2015	3.391.900	847.975	2015
Gerados em 2010	8.059.162	2.014.791	2014	-	-	
	<u>17.822.604</u>	<u>4.455.650</u>		<u>10.055.959</u>	<u>2.513.990</u>	
Sem limite de data de utilização	11.077.728	3.766.427		5.871.991	1.996.477	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	13.830.335	3.457.584		14.975.938	3.756.324	
	<u>42.730.667</u>	<u>11.679.661</u>		<u>30.903.888</u>	<u>8.266.791</u>	

21 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Numerário	6.847.595	6.120.299
Depósitos bancários	193.164.261	105.275.640
Aplicações de tesouraria	12.613	11.128
Caixa e equivalentes de caixa no balanço (Nota 9)	200.024.469	111.407.067
Descobertos bancários (Nota 24)	(7.564.216)	(23.065.285)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>192.460.253</u>	<u>88.341.782</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

22 CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
Sonae, SGPS, S.A.	76,858%	82,480%
Sonae Investments, BV	13,142%	17,520%
Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	10,000%	-

Em 31 de Dezembro de 2010, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,98% das acções representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A..

Em resultado da deliberação da Assembleia-geral de accionistas de 26 de Abril de 2010, foram atribuídos aos accionistas 70.000.000 Euros a título de dividendos (85.000.000 Euros em 2009).

Durante o exercício, uma filial da Sonae Investimentos (Sonae Specialized Retail, SGPS, S.A.) adquiriu 100.000.000 de acções Sonae Investimentos ao preço unitário de 3,20 euros às suas accionistas. A 31 de Dezembro de 2010, a Sonae Investimentos detêm 10% de acções próprias. Na sequência da aquisição de acções da Sonae Investimentos SGPS, S.A., tornou-se indisponível, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas acções.

Em Assembleia Geral extraordinária realizada a 29 de Dezembro de 2010 foram atribuídos aos accionistas reservas livres no montante de 425.000.000 euros.

Durante o exercício foram efectuadas entradas facultativas de capital pelos accionistas Sonae SGPS, S.A. e Sonae Investments, B.V., no montante global de 372.000.000 euros.

23 INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Saldo inicial em 1 de Janeiro	74.344.125	11.201.548
Dividendos distribuídos	-	(4.170)
Aquisição/Constituição de filiais	980.000	63.575.395
Alienação de filiais (Nota 8)	(557.535)	-
Cobertura de prejuízos	995.750	-
Outras variações	(97.327)	1.000.000
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	(230.233)	(1.428.648)
Saldo final em 31 de Dezembro	75.434.780	74.344.125

24 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2010			31.Dezembro.2009		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não Corrente		Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários						
Sonae Investimentos, SGPS,SA - papel comercial	682.500.000	-	292.000.000	692.500.000	-	271.000.000
Outros		3.333.334	11.666.666		3.333.333	15.000.000
		<u>3.333.334</u>	<u>303.666.666</u>		<u>3.333.333</u>	<u>286.000.000</u>
Descobertos bancários (Nota 21)		7.564.216	-		23.065.285	-
Custos de montagem de financiamentos		(7.667)	(67.409)		(7.667)	(105.107)
Empréstimos bancários		<u>10.889.883</u>	<u>303.599.257</u>		<u>26.390.951</u>	<u>285.894.893</u>
Empréstimos por obrigações:						
Obrigações Modelo Continente / 2003		82.000.000	-		-	82.000.000
Obrigações Modelo Continente / 2005/2010		-	-	64.925.000	-	-
Obrigações Modelo Continente / 2005/2012		-	150.000.000	-	-	150.000.000
Obrigações Modelo Continente / 2007/2012		-	200.000.000	-	-	200.000.000
Obrigações Sonae Distribuição / 2007/2015		-	200.000.000	-	-	200.000.000
Obrigações Sonae Distribuição / 2007/2015		-	310.000.000	-	-	310.000.000
Obrigações Sonae Distribuição 2009/2014		8.000.000	42.000.000	-	-	50.000.000
Custos de montagem de financiamentos		(445.382)	(2.662.489)		(25.511)	(4.516.975)
Empréstimos por obrigações		<u>89.554.618</u>	<u>899.337.511</u>		<u>64.899.489</u>	<u>987.483.025</u>
Outros empréstimos		33.466	162.624		33.466	198.853
Instrumentos derivados (Nota 26)		5.245.380	-		7.902.322	-
Outros empréstimos		<u>5.278.846</u>	<u>162.624</u>		<u>7.935.788</u>	<u>198.853</u>
Credores por locações financeiras (Nota 25)		<u>2.752.393</u>	<u>7.170.863</u>		<u>4.704.670</u>	<u>8.620.393</u>
		<u>108.475.740</u>	<u>1.210.270.255</u>		<u>103.930.898</u>	<u>1.282.197.164</u>

A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2010 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,83% (1,65% em 31 de Dezembro de 2009). Estima-se que o justo valor destes empréstimos não difira significativamente do respectivo valor de mercado.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 26).

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locação financeira) e juros têm as seguintes maturidades:

	31.Dezembro.2010		31.Dezembro.2009	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	103.683.409	24.590.989	96.061.754	29.795.282
N+2	370.645.105	20.872.439	95.469.679	28.206.844
N+3	175.485.486	14.984.323	370.883.410	24.724.436
N+4	306.106.457	11.511.601	205.263.112	19.684.796
N+5	357.414.181	6.442.119	255.078.237	7.737.123
Após N+5	3.348.925	133.624	360.124.809	5.820.539
	<u>1.316.683.563</u>	<u>78.535.095</u>	<u>1.382.881.001</u>	<u>115.969.020</u>

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e contratos estabelecidos, os quais não incluem covenants financeiros.

Os montantes considerados em papel comercial têm garantias de colocação por um período de 4 anos. Dado que é intenção manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a 1 ano, o Grupo classifica os montantes utilizados como não corrente.

À data de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, as linhas de crédito disponíveis são:

	31.Dezembro.2010		31.Dezembro.2009	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis	273.845.368	198.000.000	359.466.654	204.000.000
Montantes de linhas contratadas	279.620.074	490.000.000	382.351.624	475.000.000

25 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	3.002.925	5.027.261	2.752.393	4.704.670
N+2	1.606.480	1.834.291	1.446.610	1.635.399
N+3	1.249.724	1.675.151	1.133.680	1.521.156
N+4	831.397	1.009.822	740.525	893.569
N+5	810.580	803.933	735.783	708.624
Após N+5	3.274.346	4.086.663	3.114.265	3.861.645
	10.775.452	14.437.121	9.923.256	13.325.063
Juros futuros	(852.196)	(1.112.058)		
	9.923.256	13.325.063		
Componente de curto prazo			2.752.393	4.704.670
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			7.170.863	8.620.393

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo usualmente garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o valor líquido contabilístico, dos bens objecto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Bens objecto de locação financeira		
Terrenos e edifícios	22.767.479	30.878.104
Equipamento transporte	28.860	46.590
Equipamento administrativo	3.535.022	5.170.024
Total de activos fixos tangíveis	26.331.361	36.094.718

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor do custo de aquisição dos Activos fixos tangíveis ascendia a 34.663.805 euros (47.776.405 euros em 31 de Dezembro de 2009).

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros a Sonae Investimentos utiliza derivados de taxa de câmbio de forma a efectuar cobertura de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é estimado como segue:

	<u>31.Dezembro.2010</u>	<u>31.Dezembro.2009</u>
Activos (Nota 13)	457.159	365.121
Passivos (Nota 24)	<u>(954.898)</u>	<u>(79.039)</u>
	<u>(497.739)</u>	<u>286.082</u>

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor dos instrumentos derivados (362.701) euros ((617.803) euros em 2009) foram registados na rubrica de "Reservas de cobertura" do Rendimento Integral, quando considerados de cobertura, e na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros gastos" quando considerados de especulação.

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de taxa de juro utilizados pelo Grupo existentes durante o exercício de 2010, respeitavam zero cost collars. De acordo com as políticas contabilísticas adoptadas, estes derivados cumprem os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro.

O justo valor ascende a:

	<u>31.Dezembro.2010</u>	<u>31.Dezembro.2009</u>
Passivos (Nota 24)	<u>(4.290.482)</u>	<u>(7.823.283)</u>
	<u>(4.290.482)</u>	<u>(7.823.283)</u>

Estes instrumentos de taxa de juro encontravam-se avaliados pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efectuadas pela Sonae Investimentos com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e a avaliações externas quando esses sistemas não permitissem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado.

Justo valor de instrumentos derivados financeiros

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos		Passivos	
	<u>31.Dezembro.2010</u>	<u>31.Dezembro.2009</u>	<u>31.Dezembro.2010</u>	<u>31.Dezembro.2009</u>
Derivados que não são de cobertura				
Taxa de câmbio	-	365.121	76.618	79.039
Taxa de juro	-	-	-	-
Derivados de cobertura				
Taxa de câmbio	457.159	-	878.280	-
Taxa de juro	-	-	4.290.482	7.823.283
Taxa de juro e taxa de câmbio	-	-	-	-
	<u>457.159</u>	<u>365.121</u>	<u>5.245.380</u>	<u>7.902.322</u>

27 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica "Outros passivos não correntes" pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Empresas participantes	417.902.648	10.931.827
Fornecedores de activos fixos tangíveis	1.237.500	1.287.500
Outras dívidas a terceiros não correntes	2.372.407	858.717
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	421.512.555	13.078.044
Responsabilidades por pagamentos em acções (Nota 28)	3.216.439	2.069.462
Outros acréscimos e diferimentos	679.292	1.075.422
Outros passivos não correntes	425.408.286	16.222.928

A 31 de Dezembro de 2010 a rubrica Empresas participadas inclui um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos, SGPS, SA em 28 de Dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros, correspondendo a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, estimando-se que o seu justo valor não difira significativamente do valor pelo qual se encontra registado. Este empréstimo foi totalmente subscrito e realizado pela accionista Sonae, SGPS, SA..

Esta rubrica inclui ainda um empréstimo concedido por um accionista de uma filial do Grupo o qual vence juros a taxa de mercado. O justo valor deste empréstimo é aproximadamente o seu valor contabilístico, sendo que não tem maturidade definida.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Outras dívidas a terceiros não correntes" inclui 972.408 euros (858.717 euros em 2009) relativos aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existiam depósitos judiciais na rubrica de Outros activos não correntes (Nota 14), sendo que não tem maturidade definida.

28 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

A Sonae Investimentos concedeu, em 2010 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
				31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Acções					
	2007	2010	40	-	891.596
	2008	2011	43	1.688.691	1.468.048
	2009	2012	43	3.680.318	3.272.289
	2010	2013	46	2.288.719	-
Total				7.657.728	5.631.933

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Valor registado em custos com pessoal do exercício	2.487.799	2.666.299
Registado em exercícios anteriores	2.417.344	294.759
	<u>4.905.143</u>	<u>2.961.058</u>
Registado em outros passivos não correntes (Nota 27)	3.216.439	2.069.462
Registado em outros passivos correntes (Nota 31)	1.688.704	891.596
	<u>4.905.143</u>	<u>2.961.058</u>

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em custos com pessoal.

29 FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.Dezembro.2010	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente	991.799.465	991.676.612	122.853
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	130.053.003	130.053.003	-
	<u>1.121.852.468</u>	<u>1.121.729.615</u>	<u>122.853</u>

	31.Dezembro.2009	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente	910.506.317	910.299.299	207.018
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	151.534.258	151.061.225	473.033
	<u>1.062.040.575</u>	<u>1.061.360.524</u>	<u>680.051</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Sonae Investimentos. A Sonae Investimentos entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

A maturidade de fornecedores pode ser analisada da seguinte forma:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2008
Total de fornecedores	1.121.852.468	1.062.040.575	898.101.628
até 90 dias			
em euros	1.121.729.615	1.061.360.524	892.716.934
em % sob o total	100,0%	99,9%	99,4%
mais de 90 dias	122.853	680.051	5.384.694

Do montante global a pagar a fornecedores apresenta na sua quase totalidade uma maturidade inferior a 90 dias.

Durante o ano de 2010, foi disponibilizado a um número muito restrito de fornecedores o sistema de pagamentos através de programas de confirming, possibilitando aos fornecedores efectuar o seu desconto em data antecipada.

30 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2010	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de activos fixos tangíveis	58.103.689	55.998.460	849.484	1.255.745
Outras dívidas	43.343.332	42.787.254	103.941	452.137
	<u>101.447.021</u>	<u>98.785.714</u>	<u>953.425</u>	<u>1.707.882</u>
Empresas participadas e participantes (Nota 43)	53.427.354			
	<u>154.874.375</u>			

	31.Dezembro.2009	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de activos fixos tangíveis	76.905.111	74.236.764	1.073.012	1.595.335
Outras dívidas	56.253.410	52.037.021	179.767	4.036.622
	<u>133.158.521</u>	<u>126.273.785</u>	<u>1.252.779</u>	<u>5.631.957</u>
Empresas participadas e participantes	100			
	<u>133.158.621</u>			

A rubrica Outras dívidas inclui:

- 18.556.454 euros (17.236.223 euros em 31 de Dezembro de 2009) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do projecto de fidelização "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 8.277.581 euros (10.483.469 euros em 31 de Dezembro de 2009) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 6.179.706 euros (5.973.902 euros em 31 de Dezembro de 2009) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade;

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de activos fixos tangíveis e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de actualização não são materiais.

31 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Custos com o pessoal	90.073.043	86.486.304
Encargos financeiros a liquidar	7.384.896	6.631.919
Publicidade e propaganda	16.436.794	7.543.181
Outros fornecimentos e serviços externos	33.794.793	27.026.280
Rendas fixas debitadas antecipadamente	4.294.408	4.670.177
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	4.342.284	3.889.818
Responsabilidades por pagamentos baseados em accções (Nota 28)	1.688.704	891.596
Outros	8.580.909	7.396.212
	<u>166.595.831</u>	<u>144.535.487</u>

A rubrica de "Custos com Pessoal" diz essencialmente respeito a valores de remuneração a liquidar durante o exercício seguinte referente a valores de Férias e Subsídio de Férias.

32 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 31.Dezembro.2009	Aumentos	Diminuições	Variações de perímetro	Saldo em 31.Dezembro.2010
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 7)	64.029	-	(41.691)	-	22.338
Perdas por imparidade acumuladas em goodwill (Nota 12)	8.191.583	-	-	(6.817.356)	1.374.227
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	8.540.926	1.274.394	(3.553.160)	-	6.262.160
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	16.488.257	5.479.790	(3.085.794)	-	18.882.253
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 15)	18.954.690	6.880.899	(5.169.265)	-	20.666.324
Provisões não correntes	9.263.092	13.242.889	(1.010.418)	-	21.495.563
Provisões correntes	2.488.883	13.940	(815.844)	-	1.686.979
	<u>63.991.460</u>	<u>26.891.912</u>	<u>(13.676.172)</u>	<u>(6.817.356)</u>	<u>70.389.844</u>

Rubricas	Saldo em 31.Dezembro.2008	Aumentos	Diminuições	Variações de perímetro	Saldo em 31.Dezembro.2009
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 7)	13.158	50.871	-	-	64.029
Perdas por imparidade acumuladas em goodwill (Nota 12)	8.191.583	-	-	-	8.191.583
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	12.717.269	1.390.904	(5.857.980)	290.733	8.540.926
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	12.140.408	4.915.875	(568.026)	-	16.488.257
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 15)	18.510.507	5.664.153	(5.352.578)	132.608	18.954.690
Provisões não correntes	12.953.754	1.548.043	(5.238.705)	-	9.263.092
Provisões correntes	2.314.563	829.995	(655.675)	-	2.488.883
	<u>66.841.242</u>	<u>14.399.841</u>	<u>(17.672.964)</u>	<u>423.341</u>	<u>63.991.460</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Provisões e perdas de imparidade	18.953.842	6.867.019
Varição cambial	940.638	1.548.043
Provisão para imparidade em existências registada em custo das vendas (Nota 15)	6.880.899	5.796.761
Outros	116.533	188.018
	<u>26.891.912</u>	<u>14.399.841</u>

A rubrica provisões não correntes inclui 10.856.969 Euros (5.447.923 euros em 31 de Dezembro de 2009) dos quais 4.687.764 euros registados no exercício, para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos custos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.

A rubrica de provisões não correntes e o movimento do exercício nesta mesma rubrica, inclui ainda a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo, decorrente da venda de programas de extensão de garantias nos produtos transaccionados pelo segmento de negócio do Retalho Especializado no valor de 7.833.843 euros. Estas extensões são concedidas por um período de um a três anos, após a garantia legalmente obrigatória.

33 ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	317.505.226	251.357.651
por processos autárquicos em curso	7.011.523	8.998.481
Outras	32.115.117	27.298.016

O valor de garantias prestadas relativas a processos fiscais em curso inclui garantias de 207.114.928 euros (133.891.206 euros em 31 de Dezembro de 2009) relativas a processos de IRC, bem como garantias de 105.786.250 euros relativas a processos de IVA (111.279.306 euros em 31 de Dezembro de 2009).

Filiais do segmento Retalho base alimentar e Retalho especializado prestaram garantias a favor da administração fiscal associadas a processos referentes a IVA, no valor de 96.500.000 euros, para os quais foram apresentadas ou pretende apresentar as respectivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

A variação ao nível das garantias prestadas para processos fiscais está essencialmente associada a uma garantia prestada pelo Grupo no valor de aproximadamente 60 milhões de euros, que surge como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correcções efectuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de Dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada.

Uma filial no Brasil prestou, em exercícios anteriores, uma garantia para fazer face a um processo fiscal que se encontra a ser julgado em tribunal referente a imposto de renda no montante de 33,4 milhões de euros (74.078.784 reais, em 31 de Dezembro de 2009 o valor era de 72.755.267 reais), sendo que a diferença se refere a juros corridos.

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transacções anteriores à data de alienação (13 de Dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2010, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos (27,6 milhões de euros), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de Dezembro de 2010 a 39,8 milhões de Euros (38 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2010).

Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 54,7 milhões de euros (42 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae Investimentos.

34 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 70.121.234 euros (57.739.171 euros em 31 de Dezembro de 2009) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a imóveis.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	21.274.127	15.466.049
N+1	67.546.922	52.486.963
N+2	62.690.275	47.808.715
N+3	58.353.993	42.386.524
N+4	52.891.783	36.643.951
N+5	45.062.350	31.307.320
Após N+5	446.982.039	203.754.939
	<u>754.801.489</u>	<u>429.854.461</u>

O aumento dos custos do exercício com locações operacionais, assim como o aumento dos pagamentos mínimos de locação que se vencem em períodos futuros explicam-se essencialmente pelo processo de *sale & leaseback* operacional de alguns dos imóveis do Grupo, nomeadamente plataformas logísticas e algumas das suas lojas de retalho. O aumento encontra-se ainda associado à abertura de lojas de retalho em Portugal e Espanha.

Durante o exercício de 2010 foi reconhecido como proveito do exercício o montante de 9.764.698 euros (8.894.422 euros em 31 de Dezembro de 2009) relativo a rendas recebidas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relacionadas com galerias comerciais exploradas por terceiros em lojas propriedade da Sonae Investimentos.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira a Sonae Investimentos tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	2.893.603	3.920.950
N+1	5.855.395	5.444.607
N+2	4.771.562	4.322.828
N+3	4.212.972	3.689.859
N+4	2.806.917	3.189.790
N+5	1.021.358	2.261.874
Após N+5	449.386	837.874
	<u>22.011.193</u>	<u>23.667.782</u>

35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2010 e 2009 foram como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Vendas de mercadorias	4.664.262.067	4.420.413.159
Prestações de serviços ^(a)	136.903.890	125.452.037
	<u>4.801.165.957</u>	<u>4.545.865.196</u>

- a) Fundamentalmente corresponde ao contributo das empresas de agências de viagens bem como a rendas debitadas no âmbito de contratos de locação operacional.

36 GANHOS E PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas relativos a investimentos nos exercícios de 2010 e 2009, foram como se segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Dividendos	210.000	200.000
Alienação de 75% da Modelo Continente Seguros (Nota 8)	4.135.478	-
Alienação da Difusão (Nota 8)	5.816.838	-
Alienação da Sontaria (Nota 8)	2.417.301	-
Outros	11.410	1.439.444
Resultados obtidos na alienação de investimentos em filiais	12.381.027	1.439.444
Imparidade de investimentos em filiais	-	-
Imparidade de investimentos em associadas	-	-
Imparidade de investimentos em activos disponíveis para venda	-	-
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	-	-
	<u>12.591.027</u>	<u>1.639.444</u>

37 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2010 e 2009 têm a seguinte decomposição:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(7.191.780)	(9.513.362)
relativos a obrigações não convertíveis	(18.413.422)	(31.798.404)
relativos a contratos de locação financeira	(176.410)	(277.187)
relativos a derivados de cobertura	(4.626.579)	(3.283.100)
outros	(5.736.955)	(946.881)
	<u>(36.145.146)</u>	<u>(45.818.934)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(7.143.433)	(4.038.339)
Encargos de emissão de dívida	(4.820.373)	(3.203.245)
Outros	(6.460.589)	(4.966.354)
	<u>(54.569.541)</u>	<u>(58.026.872)</u>
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	374.506	356.940
outros	1.518.309	2.798.840
	<u>1.892.815</u>	<u>3.155.780</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	1.288.268	5.088.189
Descontos de pronto pagamento obtidos	100.787	-
Outros proveitos e ganhos financeiras	66.964	25.509
	<u>3.348.834</u>	<u>8.269.478</u>
Resultados financeiros	<u>(51.220.707)</u>	<u>(49.757.394)</u>

38 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2010 e 2009 é a seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Proveitos suplementares	371.970.888	358.939.003
Diferenças cambiais	26.371.143	12.240.751
Trabalhos para a própria empresa	4.674.089	7.185.074
Ganhos na alienação de activos	38.993.966	1.197.659
Diferenças de consolidação negativas	-	343.359
Reversão de perdas de imparidade	4.978.347	1.693.355
Benefícios de penalidades contratuais	1.303.134	1.256.096
Subsídios à exploração	197.013	694.906
Outros	3.571.770	6.299.052
	<u>452.060.350</u>	<u>389.849.255</u>

A rubrica de Proveitos suplementares diz essencialmente respeito a receitas obtidas, junto dos fornecedores da Sonae Investimentos, relativas a: i) participações em campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, ii) receitas obtidas de fornecedores relativas à colocação de produtos em localizações preferenciais, e iii) descontos de pronto de pagamento obtidos.

Os ganhos na alienação de activos explicam-se pelo processo de *sale & leaseback* operacional que o Grupo conduziu durante o exercício de 2010, tendo gerado no processo um encaixe financeiro superior a 71 milhões de euros.

Na rubrica de Trabalhos para a própria empresa estão incluídos 4.674.089 euros (5.029.196 euros em 31 de Dezembro de 2009), referentes a desenvolvimento de software efectuado por uma filial brasileira.

39 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 é a seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Publicidade e propaganda	119.700.405	106.348.696
Rendas e alugueres	106.903.363	93.462.388
Subcontratos	94.040.412	91.287.263
Transportes de mercadorias	51.111.463	49.775.490
Electricidade e combustíveis	48.177.568	41.403.606
Trabalhos especializados	37.181.761	32.752.622
Conservação e reparação	27.070.863	25.336.634
Vigilância e segurança	25.056.631	24.473.170
Limpeza, higiene e conforto	24.008.522	23.646.962
Comunicação	13.303.739	12.036.824
Deslocações e estadas	6.294.224	5.823.503
Seguros	4.813.253	4.605.479
Outros	57.361.489	54.724.568
	<u>615.023.693</u>	<u>565.677.205</u>

40 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 é a seguinte:

	<u>31.Dezembro.2010</u>	<u>31.Dezembro.2009</u>
Remunerações	420.511.222	399.758.361
Encargos sobre remunerações	88.163.504	80.756.138
Seguros	7.020.491	7.758.545
Custos com acção social	1.675.138	1.981.599
Outros custos com pessoal	21.706.942	13.888.981
	<u>539.077.297</u>	<u>504.143.624</u>

41 OUTROS GASTOS

A repartição dos outros gastos nos exercícios de 2010 e 2009 é a seguinte:

	<u>31.Dezembro.2010</u>	<u>31.Dezembro.2009</u>
Custos com terminais pagamento automático	27.948.105	26.141.831
Diferenças cambiais	25.154.367	11.802.053
Donativos	6.456.507	6.790.252
Perdas na alienação de activos	7.398.764	6.060.675
Imparidade em activos tangíveis (Nota 10)	3.841.772	-
Imposto municipal sobre imóveis	4.085.343	3.246.820
Outros impostos	3.805.603	2.569.662
Dívidas incobráveis	483.137	816.037
Outros	14.271.407	13.912.774
	<u>93.445.005</u>	<u>71.340.106</u>

42 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2010 e 2009 são detalhados como segue:

	<u>31.Dezembro.2010</u>	<u>31.Dezembro.2009</u>
Imposto corrente	40.981.973	34.316.306
Imposto diferido (Nota 20)	2.669.308	(9.981.265)
	<u>43.651.281</u>	<u>24.335.041</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Resultado antes de impostos	212.017.000	161.077.484
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(34.533.672)	(1.768.608)
Imparidade de diferenças de consolidação	-	-
Diferenças de consolidação negativas	-	(343.360)
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	8.639.076	(6.519.356)
Lucro tributável	186.122.404	152.446.160
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	-	(18.976)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	8.785.347	2.305.143
	194.907.751	154.732.327
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%
	48.726.938	38.683.082
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(6.208.112)	(5.470.586)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	1.316.575	(8.271.601)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(258.718)	1.106.609
Tributação autónoma e benefícios fiscais	1.090.265	975.546
Derrama	5.793.907	1.448.405
Outros	(6.809.574)	(4.136.414)
Imposto sobre o rendimento	43.651.281	24.335.041

43 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

<u>Transacções</u>	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Empresa - Mãe	1.189.835	443.762	240.281	1.515.370
Empresas controladas conjuntamente	910.275	845.437	2.909.459	2.214.073
Empresas associadas	35.058.025	32.302.022	979.818	764.039
Empresas participadas	60.615.663	57.115.947	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	14.507.678	8.986.966	90.205.222	89.541.209
	112.281.476	99.694.134	94.334.780	94.034.691
<u>Transacções</u>	Juros auferidos		Juros suportados	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Empresa - Mãe	109.337	16.853	2.220.315	467.774
Empresas controladas conjuntamente	18	127.589	16	9.125
Empresas associadas	-	-	-	-
Empresas participadas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	141.938	41.436	3.845.351	387.421
	251.293	185.878	6.065.682	864.320

<u>Saldos</u>	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Empresa - Mãe	978.438	535.294	630.241	1.688.040
Empresas controladas conjuntamente	742.572	125.975	675.795	202.093
Empresas associadas	2.584.590	1.446.962	74.828	87.091
Empresas participadas	13.413.873	14.169.568	54.571	40.932
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	22.293.532	10.493.463	27.680.583	32.646.869
	<u>40.013.005</u>	<u>26.771.262</u>	<u>29.116.018</u>	<u>34.665.025</u>

<u>Saldos</u>	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Empresa - Mãe (Nota 27 e 30)	453.000.000	-	-	-
Empresas controladas conjuntamente	-	-	-	-
Empresas associadas	-	-	17.555.234	1.000.000
Empresas participadas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	17.902.648	10.802.648	-	-
	<u>470.902.648</u>	<u>10.802.648</u>	<u>17.555.234</u>	<u>1.000.000</u>

1) Consideram-se Outras partes relacionadas as filiais ou empresas sob controlo conjunto da Efanor SGPS, SA não integradas na Sonae Investimentos, nomeadamente as empresas integradas nos Grupos Sonae, Sonae Indústria e Sonae Capital.

Os montantes registados como empréstimos obtidos de Outras partes relacionadas correspondem a empréstimos obtidos de sócios de empresas subsidiárias os quais vencem juros à taxa de mercado.

Os montantes correspondentes a empréstimos concedidos a Empresas associadas, referem-se aos valores de suprimentos concedidos a associadas adquiridas no período, Mundo VIP (1.000.000 euros) e MDS, SGPS, S.A. (16.555.234 euros).

Durante o exercício existiram ainda um conjunto de transacções sobre partes de capital entre partes relacionadas e que podem ser descritas como segue:

- A Sonae Investimentos SGPS, S.A. alienou à MDS SGPS, a participação na Modelo Continente Seguros (Nota 8);
- A Sonae Investimentos SGPS alienou à Sonaecom SGPS, S.A. a participação que detinha na empresa imobiliária Sontária (Nota 8);
- Durante o segundo semestre de 2010, a Sonae Investimentos SGPS, S.A. adquiriu à Sonae SGPS, S.A. 46,92% da MDS SGPS, S.A. (Nota 6 e 45);
- A Sonae Investimentos SGPS, S.A. adquiriu ainda a uma parte relacionada do Grupo 33,34% da Mundo Vip – Operadores Turísticos (Nota 6).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direcção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae Investimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, tem a seguinte composição:

	31.Dezembro.2010		31.Dezembro.2009	
	Conselho de Administração	Direcção Estratégica ^(a)	Conselho de Administração	Direcção Estratégica ^(a)
Remuneração fixa	100.070	3.621.940	461.960	2.320.780
Remuneração variável de curto prazo	-	1.379.400	190.900	1.050.500
Remuneração variável de médio prazo	-	1.451.600	290.200	864.200
	<u>100.070</u>	<u>6.452.940</u>	<u>943.060</u>	<u>4.235.480</u>

- (a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direcção estratégica das principais sociedades da Sonae Investimentos (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Investimentos).

44 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.Dezembro.2010</u>	<u>31.Dezembro.2009</u>
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	168.595.954	138.171.091
Efeito das acções potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
	<u>168.595.954</u>	<u>138.171.091</u>
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído		
	<u>168.595.954</u>	<u>138.171.091</u>
Numero de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	983.690.959	1.000.000.000
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
	<u>983.690.959</u>	<u>1.000.000.000</u>
Resultado por acção (básico e diluído)	<u>0,171391</u>	<u>0,138171</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 não existem efeitos diluidores do número de acções em circulação.

45 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 podem ser analisados como segue:

	<u>31.Dezembro.2010</u>	<u>31.Dezembro.2009</u>
Recebimentos		
Alienação da Difusão	32.850.303	-
Alienação da Modelo Continente Seguros	1.073.905	-
Correcção do preço de uma subsidiária	-	3.432.850
Outros	7.789	1.000.031
	<u>33.931.997</u>	<u>4.432.881</u>
Pagamentos		
Aquisição da MDS SGPS	51.000.000	-
Aumento de capital na Imosede	-	15.000.063
Outros	3.857.023	6.516.031
	<u>54.857.023</u>	<u>21.516.094</u>

46 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os contributos dos principais segmentos identificados nos exercícios de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	Retalho base alimentar	Retalho especializado	Gestão de investimentos	Imobiliário de retalho	Eliminações, ajustamentos e outros	Total
31 de Dezembro de 2010						
Volume de negócios	3.355.084.970	1.271.764.071	166.629.230	126.043.734	(118.356.048)	4.801.165.957
Ex-Fuel	3.275.139.951	1.271.764.071	166.629.230	126.043.734	(118.356.048)	4.721.220.938
Fuel	79.945.019	-	-	-	-	79.945.019
EBITDA	231.123.330	44.625.770	1.567.053	149.261.165	6.384.318	432.961.636
EBIT	146.843.314	493.102	(2.435.370)	117.340.679	995.994	263.237.719
Capitais empregues líquidos	416.300.745	337.037.521	76.583.764	1.418.165.276	67.775.199	2.315.862.505
Área de venda [000 m ²]	544	362	63	-	-	969
31 de Dezembro de 2009						
Volume de negócios	3.239.177.441	1.132.040.059	167.667.739	123.117.232	(116.137.275)	4.545.865.196
Ex-Fuel	3.106.023.672	1.132.040.059	167.667.739	123.117.232	(116.137.275)	4.412.711.427
Fuel	133.153.769	-	-	-	-	133.153.769
EBITDA	198.707.702	48.104.311	(1.886.786)	110.938.755	-	355.863.982
EBIT	124.026.421	9.873.941	(7.123.026)	83.071.313	-	209.848.649
Capitais empregues líquidos	421.066.190	249.684.220	79.907.454	1.523.249.390	-	2.273.907.254
Área de venda [000 m ²]	528	304	67	-	-	899

A rubrica de Capitais empregues líquidos a 31 de Dezembro de 2010 em "Eliminações, ajustamentos e outros", inclui o investimento financeiro na associada MDS, SGPS, S.A. e respectivo valor de suprimentos.

Retalho base alimentar

Inclui o contributo da actividade do Grupo associada às insígnias de retalho alimentar (Continente, Modelo, Bom Bocado, Well's e Book.it) e combustíveis (que é operada sob a insígnia Continente).

Retalho especializado

Inclui o contributo da actividade do Grupo associada às insígnias de retalho não alimentar (Worten, Worten Mobile, Worten Gamer, Vobis, Sport Zone, Loop, Modalfa e Zippy).

Gestão de investimentos

Inclui o contributo da actividade do Grupo associada à insígnia Maxmat e às agências de viagens.

Imobiliário de retalho

Inclui o contributo dos activos imobiliários detidos e geridos pela Sonae Investimentos, nomeadamente as galerias comerciais anexas às unidades Continente e Modelo.

Eliminação e ajustamentos

Inclui ajustamentos de consolidação e anulações intra-grupo. Este valor inclui fundamentalmente, na componente volume de negócios, a eliminação de rendas debitadas pelo segmento Imobiliário de retalho a outros segmentos do Grupo.

EBITDA

Volume de negócios + Outros rendimentos + Goodwill negativo - Reversão de perdas por imparidade - Custos operacionais + Ganhos/perdas na alienação de empresas - Provisão para extensões de garantia.

EBIT

Volume de negócios + Outros rendimentos + Goodwill negativo – Gastos operacionais - Provisões para extensões de garantia + Ganhos/perdas com vendas de empresas – Amortizações e perdas de imparidade

Capitais empregues líquidos (Capital investido)

Activos tangíveis e intangíveis brutos + outros activos fixos brutos (incluindo Goodwill) - amortizações e perdas de imparidade + investimentos financeiros + fundo de maneiio.

47 INFORMAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários totais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 pagos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Sociedades da rede Deloitte ascenderam a 1.189.354 euros, sendo detalhados conforme se segue:

	<u>31.Dezembro.2010</u>
Auditoria e revisão legal de contas	569.983
Outros serviços de garantiade fiabilidade	11.907
Consultoria fiscal	-
Outros serviços	607.464
	<u>1.189.354</u>

48 EVENTOS SUBSEQUENTES

Durante o mês de Março, uma subsidiária do Grupo concluiu uma operação de *sale leaseback* das suas lojas Continente e Worten situadas no Centro Comercial Vasco da Gama ao Fundo de Investimento Imobiliário Aberto "Imofomento". O valor total da transacção foi de 4,3 milhões de euros com uma yield inicial de 6,1%, numa base "Triple Net", gerando uma mais-valia de 16,6 milhões de euros.

49 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2011, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

**Demonstrações financeiras
Individuais**

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009*(Montantes expressos em euros)*

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	6	1.477	2.786
Activos intangíveis	6	5.260	7.160
Investimentos	5	2.712.242.717	2.349.634.766
Activos por impostos diferidos	7	738.707	1.736.158
Outros activos não correntes	4 , 8	1.258.356.053	1.000.150.633
Total de activos não correntes		3.971.344.214	3.351.531.503
ACTIVOS CORRENTES:			
Clientes	4 , 9	1.834.227	1.319.180
Outras dívidas de terceiros	4 , 10	448.790.326	316.362.233
Estado e outros entes públicos	11	661.990	668.567
Outros activos correntes	4 , 12	3.793.825	4.337.057
Caixa e equivalentes de caixa	4 , 13	127.421.554	51.973.423
Total de activos correntes		582.501.922	374.660.460
TOTAL DO ACTIVO		4.553.846.136	3.726.191.963
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	14	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais	15	117.087.918	114.000.000
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	16	765.042.776	826.785.421
Resultado líquido do exercício		450.539.262	61.758.365
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		2.332.669.956	2.002.543.786
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	4 , 17	303.599.256	285.894.893
Empréstimos obrigacionistas	4 , 17	899.337.511	987.483.025
Outros passivos não correntes	4 , 18	400.456.179	-
Passivos por impostos diferidos	7	1.403	1.379
Total de passivos não correntes		1.603.394.349	1.273.379.297
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	4 , 17	3.325.667	3.787.425
Empréstimos obrigacionistas	4 , 17	89.554.618	64.899.489
Derivados	4 , 19	4.367.099	7.823.283
Fornecedores	4 , 20	126.157	261.857
Outras dívidas a terceiros	4 , 21	488.521.784	342.979.333
Estado e outros entes públicos	11	18.082.675	21.559.067
Outros passivos correntes	4 , 22	13.803.831	8.958.426
Total de passivos correntes		617.781.831	450.268.880
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4.553.846.136	3.726.191.963

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Prestações de serviços	27	2.072.621	1.627.527
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	28	458.713.522	55.438.308
Rendimentos e ganhos financeiros	29	34.111.075	70.363.460
Outros rendimentos	30	1.027.687	1.955.230
Fornecimentos e serviços externos	31	(856.911)	(1.373.406)
Gastos com o pessoal		(346.043)	(1.184.259)
Amortizações e depreciações	6	(3.536)	(4.469)
Provisões e perdas por imparidade		-	(539.611)
Gastos e perdas financeiras	29	(45.610.004)	(59.330.458)
Outros gastos	32	(1.995.092)	(2.303.261)
Resultado antes de impostos		<u>447.113.319</u>	<u>64.649.061</u>
Imposto sobre o rendimento	33	3.425.943	(2.890.696)
Resultado líquido individual do exercício		<u>450.539.262</u>	<u>61.758.365</u>
Resultados por acção (básico e diluído)	34	<u>0,4580</u>	<u>0,0618</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009*(Montantes expressos em euros)*

	<u>Notas</u>	<u>31.Dezembro.2010</u>	<u>31.Dezembro.2009</u>
Resultado líquido individual do exercício		450.539.262	61.758.365
Varição no justo valor dos dos derivados de cobertura de fluxos de caixa		3.519.601	(1.900.004)
Imposto diferido relativo à variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados	7	<u>(932.693)</u>	<u>775.121</u>
Total rendimento integral individual do exercício		<u>453.126.170</u>	<u>60.633.482</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009*(Montantes expressos em euros)*

Notas	Reservas e Resultados Transitados							Total
	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Cobertura	Reserva nos termos do artº 342º do Código das Sociedades Comerciais	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	1.000.000.000	99.300.000	(3.316.342)	-	664.814.565	760.798.223	266.112.081	2.026.910.304
Total rendimento integral individual do período	-	-	(1.124.883)	-	-	(1.124.883)	61.758.365	60.633.482
Aplicação do resultado individual de 2008:								-
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	14.700.000	-	-	251.412.081	266.112.081	(266.112.081)	-
Dividendos distribuídos	15	-	-	-	(85.000.000)	(85.000.000)	-	(85.000.000)
Saldo em 31 de Dezembro 2009	<u>1.000.000.000</u>	<u>114.000.000</u>	<u>(4.441.225)</u>	<u>-</u>	<u>831.226.646</u>	<u>940.785.421</u>	<u>61.758.365</u>	<u>2.002.543.786</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	1.000.000.000	114.000.000	(4.441.225)	-	831.226.646	940.785.421	61.758.365	2.002.543.786
Total rendimento integral individual do período	-	-	2.586.908	-	-	2.586.908	450.539.262	453.126.170
Aplicação do resultado de 2009:								-
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	3.087.918	-	-	58.670.447	61.758.365	(61.758.365)	-
Dividendos distribuídos	15	-	-	-	(70.000.000)	(70.000.000)	-	(70.000.000)
Distribuição reservas livres	15	-	-	-	(425.000.000)	(425.000.000)	-	(425.000.000)
Constituição de reservas indisponíveis	-	-	-	342.000.000	(342.000.000)	-	-	-
Entradas facultativas capital	-	-	-	-	372.000.000	372.000.000	-	372.000.000
Saldo em 31 de Dezembro 2010	<u>1.000.000.000</u>	<u>117.087.918</u>	<u>(1.854.317)</u>	<u>342.000.000</u>	<u>424.897.093</u>	<u>882.130.694</u>	<u>450.539.262</u>	<u>2.332.669.956</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1.847.631	2.031.875
Pagamentos a fornecedores		(711.180)	(1.213.249)
Pagamentos ao pessoal		(502.589)	(863.494)
Fluxos gerados pelas operações		<u>633.862</u>	<u>(44.868)</u>
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(18.331.817)	12.923.498
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		<u>(1.176.997)</u>	<u>151.041</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(18.874.952)</u>	<u>13.029.671</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	35	1.247.045.244	25.471.000
Activos fixos tangíveis		10	-
Activos intangíveis		160.389	-
Juros e rendimentos similares		52.477.415	71.180.744
Dividendos		13.797.148	1.312.520
Outros		211.662	-
Empréstimos concedidos		<u>2.182.483.965</u>	<u>2.838.115.811</u>
		<u>3.496.175.833</u>	<u>2.936.080.075</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	35	(1.204.139.365)	(22.775.937)
Activos fixos tangíveis		-	(257)
Activos intangíveis		(366)	-
Outros		(1.000.530)	-
Empréstimos concedidos		<u>(2.532.247.232)</u>	<u>(2.523.958.552)</u>
		<u>(3.737.387.493)</u>	<u>(2.546.734.746)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(241.211.660)</u>	<u>389.345.329</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		8.589.568.706	12.394.973.792
Entradas facultativas capital		372.000.000	-
		<u>8.961.568.706</u>	<u>12.394.973.792</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(8.093.394.419)	(12.636.398.079)
Juros e gastos similares		(37.177.784)	(74.389.221)
Dividendos	36	(495.000.000)	(85.000.000)
		<u>(8.625.572.203)</u>	<u>(12.795.787.300)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>335.996.503</u>	<u>(400.813.508)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		75.909.891	1.561.492
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13	<u>51.511.663</u>	<u>49.950.171</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13	<u>127.421.554</u>	<u>51.511.663</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, “Empresa” ou “Sonae Investimentos”, é uma sociedade anónima, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

A Empresa tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 5).

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adoptadas pela União Europeia.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2010, e que se encontram divulgados na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos nas demonstrações financeiras anexas dado que não serem aplicáveis às demonstrações financeiras individuais da Empresa.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não irão implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras da Empresa.

2.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada activo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração de resultados.

2.3 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar fiavelmente o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada activo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração de resultados.

2.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efectiva.

2.5 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.

a) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data. No caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor, incluída na rubrica "Outras reservas" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de resultados financeiros.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

c) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transaccionar esses activos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 4.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

e) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.7. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

h) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos não sendo utilizados derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura, caso existam, são registadas na rubrica de ganhos ou perdas financeiras da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum o qual corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e Resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efectuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a actualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado, através da utilização de curvas de taxa de juro retiradas da Bloomberg.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e Resultados transitados são transferidas para Resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas a Empresa poderá proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio. Nestas circunstâncias, e muito embora os mesmos sejam contratados com o objectivo de reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa futuros em transacções altamente prováveis, tais derivados são usualmente registados a justo valor através de resultados.

i) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas em outras reservas.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

k) Método da taxa de juro efectiva

O método da taxa de juro efectiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e para efectuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

l) Imparidade

Os activos financeiros, excepto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os activos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objectiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos activos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afectados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam

que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do activo.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas) a análise de imparidade é efectuada com base na estimativa de justo valor dos activos líquidos da filial em análise.

Tal estimativa é efectuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objectivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a activos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do activo é reconhecido em capitais próprios.

2.6 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.7 Rédito e especialização dos exercícios

Os ganhos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou accionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros activos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.8 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos

após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.9 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.10 Responsabilidade por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae, SGPS, SA (empresa detentora da Sonae Investimentos, SGPS, SA).

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.11 Imposto sobre o rendimento

A Sonae Investimentos encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria do Grupo.

3.1 Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

A empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação ou especulação.

3.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da empresa à taxa de juro é abordada em conjunto com a exposição das empresas em que participa, decorrendo essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objectivo da empresa é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da actividade operacional das suas participadas através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do grupo permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae Investimentos em 31 de Dezembro de 2010 seriam inferiores em cerca de 1,1 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2009 seria inferiores em cerca de 1,3 milhões de euros). O capital próprio em resultado do efeito da variação da taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010 seria superior em cerca de 0,5 milhões de euros (em 31 de Dezembro de 2009 seria superior em cerca de 1,6 milhões de euros), excluindo o efeito em resultados líquidos.

3.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras individuais das variações nas taxas de câmbio da empresa é praticamente inexistente uma vez que a generalidade dos activos e passivos estão denominados em euros.

3.2 Risco de liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a empresa e o conjunto das empresas que domina têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A empresa prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua demonstração da posição financeira.

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. A empresa assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respectiva a cada classe de passivos financeiros.

3.3 Risco de crédito

A empresa está sobretudo exposta ao risco de crédito nas suas relações de financiamento com as empresas em que participa.

A empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa selecção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional com rating emitido por agência de rating internacional mínimo de BBB ou equivalente.

4 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E JUSTO VALOR

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.5, a 31 de Dezembro de 2010, foram classificados como segue:

31.Dezembro.2010							
Activos financeiros							
	Nota	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Activos fora do âmbito do IFRS 7	Total		
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes	8	1.258.356.053	1.258.356.053	-	1.258.356.053		
		<u>1.258.356.053</u>	<u>1.258.356.053</u>	<u>-</u>	<u>1.258.356.053</u>		
Activos correntes:							
Clientes	9	1.834.227	1.834.227	-	1.834.227		
Outras dívidas de terceiros	10	448.790.326	448.790.326	-	448.790.326		
Outros activos correntes	12	1.854.930	1.854.930	1.938.895	3.793.825		
Caixa e equivalentes de caixa	13	127.421.554	127.421.554	-	127.421.554		
		<u>579.901.037</u>	<u>579.901.037</u>	<u>1.938.895</u>	<u>581.839.932</u>		
31.Dezembro.2010							
Passivos financeiros							
	Nota	Empréstimos e contas a pagar	Passivos registados a justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes:							
Empréstimos bancários	17	303.599.256	-	-	303.599.256	-	303.599.256
Empréstimos obrigacionistas	17	899.337.511	-	-	899.337.511	-	899.337.511
Outros passivos não correntes	18	400.000.000	-	-	400.000.000	456.179	400.456.179
		<u>1.602.936.767</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.602.936.767</u>	<u>456.179</u>	<u>1.603.392.946</u>
Passivos correntes:							
Empréstimos bancários	17	3.325.667	-	-	3.325.667	-	3.325.667
Empréstimos obrigacionistas	17	89.554.618	-	-	89.554.618	-	89.554.618
Derivados	19	-	76.617	4.290.482	4.367.099	-	4.367.099
Fornecedores	20	126.157	-	-	126.157	-	126.157
Outras dívidas a terceiros	21	488.521.784	-	-	488.521.784	-	488.521.784
Outros passivos correntes	22	13.555.051	-	-	13.555.051	248.780	13.803.831
		<u>595.083.277</u>	<u>76.617</u>	<u>4.290.482</u>	<u>599.450.376</u>	<u>248.780</u>	<u>599.699.156</u>

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.5, a 31 de Dezembro de 2009, foram classificados como segue:

31.Dezembro.2009					
Activos financeiros					
	Nota	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Activos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Activos não correntes:					
Outros activos não correntes	8	1.000.150.633	1.000.150.633	-	1.000.150.633
		<u>1.000.150.633</u>	<u>1.000.150.633</u>	<u>-</u>	<u>1.000.150.633</u>
Activos correntes:					
Clientes	9	1.319.180	1.319.180	-	1.319.180
Outras dívidas de terceiros	10	316.362.233	316.362.233	-	316.362.233
Outros activos correntes	12	1.625.756	1.625.756	2.711.301	4.337.057
Caixa e equivalentes de caixa	13	51.973.423	51.973.423	-	51.973.423
		<u>371.280.592</u>	<u>371.280.592</u>	<u>2.711.301</u>	<u>373.991.893</u>

31.Dezembro.2009						
Passivos financeiros						
Nota	Empréstimos e contas a pagar	Passivos registados a justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes:						
17	285.894.893	-	-	285.894.893	-	285.894.893
17	987.483.025	-	-	987.483.025	-	987.483.025
	<u>1.273.377.918</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.273.377.918</u>	<u>-</u>	<u>1.273.377.918</u>
Passivos correntes:						
17	3.787.425	-	-	3.787.425	-	3.787.425
17	64.899.489	-	-	64.899.489	-	64.899.489
19	-	-	7.823.283	7.823.283	-	7.823.283
20	261.857	-	-	261.857	-	261.857
21	342.979.333	-	-	342.979.333	-	342.979.333
22	8.102.661	-	-	8.102.661	855.765	8.958.426
	<u>420.030.765</u>	<u>-</u>	<u>7.823.283</u>	<u>427.854.048</u>	<u>855.765</u>	<u>428.709.813</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os únicos instrumentos financeiros registados a justo valor correspondem a instrumentos financeiros derivados, os quais são avaliados com base em modelos de avaliação cujos inputs correspondem a variáveis observáveis no mercado, nomeadamente curvas de taxa de juro retiradas da Bloomberg.

Os passivos registados a justo valor através de resultados correspondem a derivados de taxa de câmbio.

5 INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos investimentos era o seguinte:

Empresa	31.Dezembro.2010					Saldo final
	% detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Cisão / Fusão	
Azulino - Imobiliária, SA	100,00%	498.025	-	-	-	498.025
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.845.000	-	-	-	1.845.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.669.375	-	-	-	1.669.375
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	100,00%	2.244.591	-	-	-	2.244.591
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	477.848	-	-	-	477.848
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	-	452.000	-	452.000 (7)	-	-
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	100,00%	231.318.722	-	-	-	231.318.722
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.285.191	30.000 (2)	-	-	2.315.191
Difusão - Sociedade Imobiliária, SA	-	50.000	-	50.000 (9)	-	-
Edições Book.it - SA	-	1.000.000	-	1.000.000 (8)	-	-
Farmácia Seleção, SA	-	89.000	-	89.000 (7)	-	-
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	-	24.940
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	6.264.902	-	-	-	6.264.902
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	54,55%	64.415.021	-	-	-	64.415.021
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	100,00%	158.410.389	-	-	-	158.410.389
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	220.000	-	-	-	220.000
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	959.000	300.000 (2)	-	-	1.259.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	380.000	-	-	-	380.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	-	24.940
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	799.940	-	-	-	799.940
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	109.736	-	-	-	109.736
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	280.000	-	-	-	280.000
MDS, SGPS, SA	46,92%	-	51.000.000 (4)	-	-	51.000.000
Marcas MC, ZRT	-	72.784.761	-	72.784.761 (7)	-	-
MULF - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.809.397	-	-	-	1.809.397
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	-	9.790.614 (5)	-	-	9.790.614
Modelo Hiper Imobiliária, SA	100,00%	-	10.655.164 (5)	-	-	10.655.164
Modelo Continente Hipermercados, SA	-	284.190.240	528.000.000 (2) (5)	754.207.921 (7)	(57.982.319) (1)	-
Modelo Continente Seguros - Sociedade de Mediação, Lda	-	3.161.250	2.987.250 (2)	6.148.500 (8)	-	-
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA	100,00%	12.637.016	-	-	-	12.637.016
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	33,34%	-	1.101.337 (6)	-	-	1.101.337
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	100,00%	6.372.293	-	-	-	6.372.293
Raso, SGPS, SA	50,00%	24.500.000	-	-	-	24.500.000
Selfa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.488.379	25.000 (2)	-	-	1.513.379
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.530.558	-	-	-	1.530.558
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	-	249.399	-	249.399 (7)	-	-
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	100,00%	36.677.088	-	-	-	36.677.088
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	550.000	-	-	-	550.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Soflorin, BV	100,00%	257.309.037	-	-	-	257.309.037
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	100,00%	1.050.000.000	-	-	-	1.050.000.000
Sonae Capital Brasil, SA	37,00%	23.334.858	-	-	-	23.334.858
Sonae Center Serviços II, SA	100,00%	50.000	-	-	57.982.319 (1)	58.032.319
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	100,00%	50.000	599.950.000 (3)	-	-	600.000.000
Sonae Retalho Espanha, SA	-	2.549.831	-	2.549.831 (7)	-	-
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaerp - Retail Properties, SA	100,00%	114.495.350	-	-	-	114.495.350
Sondis Imobiliária, SA	100,00%	474.940	-	-	-	474.940
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	10.600.000	-	10.600.000 (8)	-	-
Sonvecap, BV	100,00%	3.000.000	-	-	-	3.000.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	100,00%	443.316	300.000 (2)	-	-	743.316
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, SA	-	1.180.000	-	1.180.000 (7)	-	-
Valor N, SA	100,00%	2.087.315	-	-	-	2.087.315
Total		<u>2.395.503.263</u>	<u>1.204.139.365</u>	<u>849.311.412</u>	<u>-</u>	<u>2.750.331.214</u>
Imparidade (Notas 24 e 28)		<u>(45.868.497)</u>	<u>-</u>	<u>7.780.000 (7)(9)</u>	<u>-</u>	<u>(38.088.497)</u>
Total		<u>2.349.634.766</u>	<u>1.204.139.365</u>	<u>857.091.412</u>	<u>-</u>	<u>2.712.242.717</u>

- (1) No exercício procedeu-se à alocação de parte do custo de aquisição da Modelo Continente Hipermercados, SA à Sonaecenter Serviços II, SA na sequência do processo de cisão-fusão destas sociedades;
- (2) Cobertura de prejuízos ou entradas facultativas de capital;
- (3) Aumento de capital;
- (4) Aquisição efectuada à Sonae, SGPS, SA;
- (5) Aquisição a empresas directa ou indirectamente controladas pela Sonae, Investimentos, SGPS, SA;
- (6) Aquisição a uma parte relacionada;
- (7) Alienação a empresas directa ou indirectamente controladas pela Sonae, Investimentos, SGPS, SA;
- (8) Alienação a empresa controlada pela Sonae, SGPS, SA;

(g) Alienação a entidade não relacionada.

Empresa	% detenção	31.Dezembro.2009				Saldo final
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Cisão / Fusão	
Azulino - Imobiliária, SA	100,00%	498.025	-	-	-	498.025
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.375.000	470.000 (4)	-	-	1.845.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.579.375	90.000 (4)	-	-	1.669.375
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	100,00%	2.244.591	-	-	-	2.244.591
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	477.848	-	-	-	477.848
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	100,00%	372.000	80.000 (4)	-	-	452.000
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	100,00%	231.318.722	-	-	-	231.318.722
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.095.191	190.000 (4)	-	-	2.285.191
Difusão - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	50.000	-	-	-	50.000
Edições Book.it - SA	100,00%	1.000.000	-	-	-	1.000.000
Farmácia Selecção, SA	89,00%	100.000	-	11.000 (2)	-	89.000
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	-	24.940
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	6.264.902	-	-	-	6.264.902
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	54,55%	49.414.958	15.000.063 (3)	-	-	64.415.021
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	100,00%	158.410.389	-	-	-	158.410.389
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	220.000	-	-	-	220.000
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	109.000	850.000 (4)	-	-	959.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	50.000	330.000 (4)	-	-	380.000
Imostrutura - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	-	24.940
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	539.940	260.000 (4)	-	-	799.940
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	109.736	-	-	-	109.736
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	280.000	-	-	-	280.000
Infofield - Informática, SA	-	530.459	12.000 (4)	542.459 (2)	-	-
Marcas MC, ZRT	100,00%	72.784.761	-	-	-	72.784.761
MULF - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.719.397	90.000 (4)	-	-	1.809.397
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	-	27.933	-	27.933 (2)	-	-
Modelo Continente Hipermercados, SA	56,00%	284.190.240	-	-	-	284.190.240
Modelo Continente Seguros - Sociedade de Mediação, Lda	75,00%	161.250	3.000.000 (4)	-	-	3.161.250
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA	100,00%	12.637.016	-	-	-	12.637.016
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	100,00%	6.372.293	-	-	-	6.372.293
Raso, SGPS, SA	50,00%	24.500.000	-	-	-	24.500.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.408.379	80.000 (4)	-	-	1.488.379
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	125.000	1.405.558 (4)	-	-	1.530.558
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	25,00%	249.399	-	-	-	249.399
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	100,00%	36.677.088	-	-	-	36.677.088
Socjofra - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	550.000	-	-	-	550.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Soflorin, BV	100,00%	257.309.037	-	-	-	257.309.037
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	100,00%	1.050.000.000	-	-	-	1.050.000.000
Sonae Capital Brasil, SA	37,00%	23.334.858	-	-	-	23.334.858
Sonae Center Serviços II, SA	100,00%	-	50.000 (1)	-	-	50.000
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	100,00%	-	50.000 (1)	-	-	50.000
Sonae Retalho Espanha, SA	100,00%	2.549.831	-	-	-	2.549.831
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaerp - Retail Properties, SA	100,00%	114.495.350	-	-	-	114.495.350
Sondis Imobiliária, SA	100,00%	49.940	425.000 (4)	-	-	474.940
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	10.600.000	-	-	-	10.600.000
Sonvecap, BV	100,00%	3.000.000	-	-	-	3.000.000
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, SA	-	706.326	-	706.326 (2)	-	-
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	100,00%	50.000	393.316 (4)	-	-	443.316
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, SA	100,00%	1.180.000	-	-	-	1.180.000
Valor N, SA	100,00%	2.087.315	-	-	-	2.087.315
Worten - Equipamentos para o Lar, SA	-	462.494	-	462.494 (2)	-	-
Total		2.374.477.538	22.775.937	1.750.212	-	2.395.503.263
Imparidade		(45.868.497)	-	-	-	(45.868.497)
Total		2.328.609.041	22.775.937	1.750.212	-	2.349.634.766

(1) Subsidiária constituída no exercício;

(2) Alienação a empresas directa ou indirectamente controladas pela Sonae, Investimentos, SGPS, SA;

(3) Aumento de capital;

(4) Cobertura de prejuizos ou entradas facultativas de capital.

6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe dos activos fixos tangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:

	Activos fixos tangíveis				
	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total activos fixos tangíveis
Activo bruto					
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	2.464	19.062	25.062	679	47.267
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2010	2.464	19.062	25.062	679	47.267
Diminuições	-	-	(203)	-	(203)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	2.464	19.062	24.859	679	47.064
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	903	19.062	21.600	679	42.244
Aumentos	247	-	1.990	-	2.237
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2010	1.150	19.062	23.590	679	44.481
Aumentos	246	-	1.024	-	1.270
Diminuições	-	-	(164)	-	(164)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	1.396	19.062	24.450	679	45.587
Valor líquido					
A 31 de Dezembro de 2009	1.314	-	1.472	-	2.786
A 31 de Dezembro de 2010	1.068	-	409	-	1.477

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe dos activos fixos intangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:

	Activos intangíveis			
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Activos intangíveis em curso	Total activos intangíveis
Activo bruto				
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	1.412.628	479	-	1.413.107
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2010	1.412.628	479	-	1.413.107
Diminuições	-	-	(160.389)	(160.389)
Transferências / abates	366	-	160.389	160.755
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	1.412.994	479	-	1.413.473
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2009	1.403.236	479	-	1.403.715
Aumentos	2.232	-	-	2.232
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2010	1.405.468	479	-	1.405.947
Aumentos	2.266	-	-	2.266
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	1.407.734	479	-	1.408.213
Valor líquido				
A 31 de Dezembro de 2009	7.160	-	-	7.160
A 31 de Dezembro de 2010	5.260	-	-	5.260

7 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Instrumentos financeiros derivados	668.565	1.601.258
Perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	-	134.900
Outros	70.142	-
	<u>738.707</u>	<u>1.736.158</u>

	Passivos	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Diferença entre amortizações económicas e fiscais	1.403	1.379
	<u>1.403</u>	<u>1.379</u>

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é o seguinte:

	Activos		Passivos	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Saldo inicial	1.736.158	1.296.945	1.379	472.363
Efeito em resultados:				
Perdas de imparidade	(134.900)	134.900	-	-
Outros	70.142	-	24	(176)
	<u>(64.758)</u>	<u>134.900</u>	<u>24</u>	<u>(176)</u>
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos financeiros	(932.693)	304.313	-	(470.808)
	<u>738.707</u>	<u>1.736.158</u>	<u>1.403</u>	<u>1.379</u>

8 OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe dos outros activos não correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Empréstimos concedidos	1.256.170.741	1.000.150.633
Outras dívidas de terceiros	2.185.312	-
	<u>1.258.356.053</u>	<u>1.000.150.633</u>

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias e associadas, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma natureza de longo prazo.

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009. A eventual imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea l) da nota 2.5. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas subsidiárias é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

O valor registado na rubrica outras dívidas de terceiros corresponde ao montante a receber relativo à alienação de uma participação financeira.

9 CLIENTES

O montante registado em dívidas de clientes corresponde a montantes facturados, relativos a fee's de gestão, a empresas do Grupo Sonae Investimentos, SGPS, SA.

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

10 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Empréstimos de curto prazo (Nota 38)	304.032.000	157.125.888
Juros por liquidar	26.449.063	44.472.734
Impostos - RETGS	42.406.410	21.753.472
Regime especial regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 248-A)	5.113.681	5.214.780
Outros	70.789.172	88.334.970
	<u>448.790.326</u>	<u>316.901.844</u>
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 24)	-	(539.611)
	<u>448.790.326</u>	<u>316.362.233</u>

Os empréstimos concedidos vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

O montante de 42.406.410 euros registado na rubrica impostos corresponde a montantes a receber de subsidiárias relativas a imposto do exercício apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

O montante relativo ao regime especial de regularização de dívidas fiscais e segurança social, corresponde a importâncias pagas, que foram reclamadas junto das autoridades competentes, sendo entendimento da Sonae Investimentos que o resultado das reclamações efectuadas lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

O montante registado na rubrica de outros corresponde a valores a receber relativos à alienação de participações financeiras.

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas subsidiárias é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	Saldos devedores	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Imposto sobre o rendimento	661.990	668.567
	<u>661.990</u>	<u>668.567</u>
	Saldos credores	
	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Imposto sobre o rendimento	17.790.828	21.035.091
Imposto sobre o valor acrescentado	282.653	221.068
Contribuições para a Segurança Social	1.495	2.189
Retenção de Imposto sobre Rendimentos	7.699	19.119
Outros	-	281.600
	<u>18.082.675</u>	<u>21.559.067</u>

12 OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe dos outros activos correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Juros a receber	442.145	241.250
Juros de mora ou indemnizatórios	1.337.970	1.337.970
Fee's de gestão a receber	74.815	46.536
Devedores por acréscimos de rendimentos	<u>1.854.930</u>	<u>1.625.756</u>
Seguros	183.649	196.216
Juros	10.166	195.581
Custos com emissão de dívida	1.745.080	2.319.504
Gastos a reconhecer	<u>1.938.895</u>	<u>2.711.301</u>
	<u>3.793.825</u>	<u>4.337.057</u>

13 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Caixa	550	813
Depósitos bancários	127.421.004	51.972.610
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>127.421.554</u>	<u>51.973.423</u>
Descobertos bancários (Nota 17)	-	(461.760)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>127.421.554</u>	<u>51.511.663</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

14 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 acções ordinárias (1.000.000.000 em 31 de Dezembro de 2009), com o valor nominal unitário de 1 euro.

Durante o exercício, uma subsidiária (Sonae – Specialized Retail, SGPS, S.A.) adquiriu 100.000.000 de acções Sonae Investimentos ao preço unitário de 3,2 euros. Estas acções são consideradas acções próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se os seus direitos suspensos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Sonae, SGPS, SA	76,86%	82,48%
Sonae Investments BV	13,14%	17,52%
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	10,00%	-

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais detinham 52,98% das acções representativas do capital social da Sonae, SGPS, SA.

15 RESERVAS LEGAIS

A sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2010 e 2009 transferiu, respectivamente, para esta rubrica resultados no valor de 3.087.918 euros e 14.700.000 euros.

16 RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Reserva nos termos do artº 324º CSC	320.000.000	-
Entradas facultativas de capital	372.000.000	-
Reservas de cobertura	(1.854.318)	(4.441.225)
Outras reservas	74.897.094	831.226.646
	<u>765.042.776</u>	<u>826.785.421</u>

Na sequência da aquisição de acções da Sonae Investimentos, SGPS, SA por uma subsidiária, tornaram-se indisponíveis, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao seu custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas acções.

Em Assembleia Geral extraordinária realizada a 29 de Dezembro de 2010 foram atribuídas aos accionistas reservas livres no montante de 425.000.000 euros.

Durante o exercício foram efectuadas entradas facultativas de capital pelos accionistas Sonae, SGPS, SA e Sonae Investments BV no montante global de 372.000.000 euros.

Os movimentos ocorridos em 2010 e em 2009 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração de rendimento integral.

As reservas de cobertura reflectem a parcela eficaz de variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

17 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Valor nominal dos empréstimos obrigacionistas	902.000.000	992.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(2.662.489)	(4.516.975)
Empréstimos obrigacionistas	899.337.511	987.483.025
Papel comercial	292.000.000	271.000.000
Outros empréstimos bancários	11.666.665	15.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(67.409)	(105.107)
Empréstimos bancários	303.599.256	285.894.893
Empréstimos não correntes	1.202.936.767	1.273.377.918
Valor nominal dos empréstimos obrigacionistas	90.000.000	64.925.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(445.382)	(25.511)
Empréstimos obrigacionistas	89.554.618	64.899.489
Outros empréstimos bancários	3.333.334	3.333.333
Custos de emissão ainda não amortizados	(7.667)	(7.668)
Descobertos bancários (Nota 13)	-	461.760
Empréstimos bancários	3.325.667	3.787.425
Empréstimos correntes	92.880.285	68.686.914

Os empréstimos e juros são reembolsáveis como se segue:

	31.Dezembro.2010		31.Dezembro.2009	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2010	-	-	68.720.093	22.675.378
2011	93.333.334	24.304.593	93.333.334	17.482.871
2012	369.333.334	20.654.694	369.333.334	13.975.680
2013	174.333.334	14.805.812	204.333.334	10.596.713
2014	305.333.334	11.372.826	254.333.334	14.762.155
2015	356.666.663	6.334.608	356.666.663	5.445.730
	1.298.999.999	77.472.533	1.346.720.092	84.938.526

Empréstimos não correntes

Empréstimo obrigacionista Modelo Continente 2005 / 2012 - no valor de 150.000.000 euros, reembolsável ao fim de 7 anos, numa única prestação em 2 de Agosto de 2012; a taxa de juro é variável, indexada à Euribor a 6 meses e os juros serão pagos semestralmente. A sociedade poderá, sem qualquer penalização, efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial deste empréstimo na 10^a, 11^a, 12^a e 13^a datas de pagamento de juros.

Empréstimo obrigacionista Modelo Continente 2007 / 2012 - no valor de 200.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos, numa única prestação em 30 de Abril de 2012; a taxa de juro é variável, indexada à Euribor a 6 meses e os juros serão pagos semestralmente.

Empréstimo obrigacionista Sonae Distribuição 2007 / 2015 - no valor de 200.000.000 euros, reembolsável ao fim de 8 anos, numa única prestação em 10 de Agosto de 2015; a taxa de juro é variável, indexada à Euribor a 6 meses e os juros serão pagos semestralmente. A sociedade poderá, sem qualquer penalização, efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial deste empréstimo na 10^a, 12^a e 14^a datas de pagamento de juros.

Empréstimo obrigacionista Sonae Distribuição Setembro 2007 / 2015 - no valor de 310.000.000 euros, reembolsável em 2 prestações de 50% em 10 de Setembro de 2013 e 10 de Setembro de 2015; a taxa de juro é variável, indexada à Euribor a 6

meses e os juros serão pagos semestralmente. A sociedade poderá, sem qualquer penalização, efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial deste empréstimo na 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª datas de pagamento de juros.

Empréstimo obrigacionista Sonae Distribuição 2009 / 2014 - no valor de 50.000.000 euros, reembolsável em 6 prestações semestrais sucessivas de acordo com o seguinte plano de reembolso: i) 8.000.000 euros, na 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª datas de pagamento de juros; ii) 10.000.000 euros, na 10ª data de pagamento de juros. A taxa de juro é variável, indexada à Euribor a 6 meses e os juros serão pagos semestralmente e postecipadamente.

Os montantes considerados em papel comercial têm garantia de colocação por um prazo até 4 anos.

Dado que é intenção manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a 1 ano, a Empresa classificou os montantes utilizados como não correntes.

A rubrica de outros empréstimos bancários inclui um empréstimo contratado durante o mês de Março de 2009, no montante total de 11.666.665 euros.

Empréstimos correntes

O empréstimo obrigacionista Modelo Continente 2005 / 2010 no montante de 64.925.000 euros foi totalmente amortizado em 3 de Agosto de 2010.

Empréstimo obrigacionista Modelo Continente 2003 - no valor de 82.000.000 euros, reembolsável ao fim de 8 anos, numa única prestação em 15 de Outubro de 2011; a taxa de juro é variável, indexada à Euribor a 6 meses e os juros serão pagos semestralmente.

Empréstimo obrigacionista Sonae Distribuição 2009 / 2014 - no valor global de 50.000.000 euros, dos quais 8.000.000 euros serão reembolsáveis, na 5ª data de pagamentos de juros, a 18 de Setembro 2011, conforme condições de emissão.

A rubrica de outros empréstimos bancários inclui um empréstimo contratado durante o mês de Março de 2009, no montante total de 3.333.334 euros.

Os montantes de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser resumidas como se segue:

	31.Dezembro.2010		31.Dezembro.2009	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	270.120.074	490.000.000	332.870.074	475.000.000
Montante de linhas disponíveis	270.120.074	198.000.000	322.219.603	204.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2010 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,83% (1,65% em 31 de Dezembro 2009).

18 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

A 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica inclui um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos, SGPS, SA em 28 de Dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros, correspondendo a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, estimando-se que o seu justo valor não difira significativamente do valor pelo qual se encontra registado. Este empréstimo foi totalmente subscrito e realizado pela accionista Sonae, SGPS, SA.

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de juro é estimado em 4.290.482 euros e 7.823.283 euros respectivamente.

O valor dos derivados registados no passivo corresponde a zero cost collars de taxa de juro, com valor notional de 150.000.000 euros (150.000.000 euros em 31 de Dezembro de 2009) e destinam-se a diminuir a volatilidade de taxa de juro de empréstimos obtidos.

Este instrumento de cobertura de taxa de juro encontra-se avaliado pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a actualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os fluxos de caixa estimados são como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
2010	-	4.494.758
2011	4.276.713	3.408.054

Derivados de taxa de câmbio

Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é estimado em 76.617 euros.

O valor dos derivados registados no passivo corresponde a forwards cambiais sobre o real brasileiro com valor notional de 22.862.789 reais (10.276.416 euros), registado a justo valor através de resultados na rubrica de ganhos financeiros e perdas financeiras, contratados com o objectivo de diminuir a volatilidade dos fluxos de caixa altamente prováveis provenientes de uma filial brasileira. Este derivado foi liquidado no início de 2011.

20 FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de fornecedores apresenta valores a liquidar num prazo não superior a 90 dias, resultantes de aquisições decorrentes da actividade normal da empresa.

21 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe das outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Empréstimos de curto prazo (Nota 37)	481.511.000	338.078.379
Impostos - RETGS	6.961.236	4.892.803
Outros	49.548	8.151
	<u>488.521.784</u>	<u>342.979.333</u>

O montante de 6.961.236 euros registado na rubrica impostos corresponde ao imposto do exercício apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

22 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Remunerações a liquidar	-	320.833
Responsabilidade por prémios de desempenho diferido (Nota 23)	248.780	534.932
Juros a liquidar	13.253.817	8.073.177
Outros	301.234	29.484
Credores por acréscimo de gastos	13.803.831	8.958.426

23 RESPONSABILIDADE POR BÓNUS DE DESEMPENHO DIFERIDOS

A Empresa, em 2010 e em anos anteriores, concedeu ao Conselho de Administração e a colaboradores prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. A sociedade tem o direito de entregar em substituição de acções o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço na data de vencimento. Estas responsabilidades são valorizadas nos termos da Nota 2.10.

Em 31 de Dezembro de 2010, os planos em aberto são os seguintes:

	Período de diferimento		Nº participantes	Nº de acções
	Data de atribuição	Data de vencimento		
Plano 2007	2008	2011	1	304.828
Plano 2008	2009	2012	1	659.028
Plano 2009	2010	2013	1	381.340

A responsabilidade para os planos de acções acima referidos encontra-se calculada por referência à cotação da Sonae, SGPS, SA à data de 31 de Dezembro de 2010, sendo os planos vigentes considerados como tendo liquidação financeira.

24 PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 o movimento ocorrido na rubrica provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

	Saldo Inicial	Diminuições	Saldo Final
Imparidade em investimentos (Notas 5 e 28)	45.868.497	(7.780.000)	38.088.497
Imparidade em devedores diversos (Notas 10 e 30)	539.611	(539.611)	-

25 ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

		31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Garantias prestadas:			
por processos fiscais em curso	(a)	166.834.471	95.643.815
por processos autárquicos em curso		289.380	289.380
outras		10.761.324	10.761.324
Fianças prestadas a favor de subsidiárias	(b)	47.369.533	46.893.361

a) Inclui o montante de 164.849.085 euros (93.656.434 euros em 31 de Dezembro de 2009) relativo a processos de IRC e o de 1.985.386 (igual montante em 31 de Dezembro de 2009) euros relativo a processos de Imposto do Selo.

b) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, SA no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na Nota de activos e passivos contingentes do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

26 ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Saldos:		
Empresa Mãe	59.115	15.837
Empresas subsidiárias	132.253.215	154.762.925
Empresas controladas conjuntamente	66.585	111.531
Empresas associadas	2.934.930	165.716
Entidades parceiras, accionistas e participadas	8.860.483	192
Contas a receber	<u>144.174.328</u>	<u>155.056.201</u>
Empresa Mãe	428.731	447.617
Empresas subsidiárias	12.935.340	6.597.394
Empresas controladas conjuntamente	600	9.678
Empresas associadas	34.951	-
Entidades parceiras, accionistas e participadas	872	142
Contas a pagar	<u>13.400.494</u>	<u>7.054.831</u>
Empresas subsidiárias	1.536.547.507	1.151.916.978
Empresas controladas conjuntamente	6.100.000	5.359.543
Empresas associadas	17.555.234	-
Empréstimos concedidos	<u>1.560.202.741</u>	<u>1.157.276.521</u>
Empresa Mãe	453.000.000	-
Empresas subsidiárias	428.511.000	338.040.379
Empresas controladas conjuntamente	-	38.000
Empréstimos obtidos	<u>881.511.000</u>	<u>338.078.379</u>

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Transacções:		
Empresas subsidiárias	1.000.000	1.000.000
Empresas associadas	1.072.621	627.527
Prestação de serviços	2.072.621	1.627.527
Empresa Mãe	50.000	50.000
Empresas subsidiárias	10.000	10.618
Empresas controladas conjuntamente	-	6.180
Empresas associadas	8.121	-
Entidades parceiras, accionistas e participadas	3.033	40.334
Compras e serviços recebidos	71.154	107.132
Empresa Mãe	3.677	-
Empresas subsidiárias	444.495	1.648.641
Outros proveitos operacionais	448.172	1.648.641
Empresa Mãe	107.128	15.837
Empresas subsidiárias	33.356.913	69.262.911
Empresas controladas conjuntamente	154.921	255.178
Empresas associadas	210.022	-
Juros auferidos	33.828.984	69.533.926
Empresa Mãe	1.528.006	446.080
Empresas subsidiárias	8.738.200	11.830.371
Empresas controladas conjuntamente	34	18.250
Juros suportados	10.266.240	12.294.701
Empresas subsidiárias	12.900.246	1.050.860
Empresas associadas	896.902	261.660
Dividendos recebidos	13.797.148	1.312.520
Empresas subsidiárias	1.090.768.437	55.416.000
Empresas associadas	3.525.000	-
Entidades parceiras, accionistas e participadas	6.120.239	-
Alienação investimentos financeiros	1.100.413.676	55.416.000
Empresa Mãe	51.000.000	-
Empresas subsidiárias	471.445.768	-
Entidades parceiras, accionistas e participadas	1.101.337	-
Aquisição investimentos financeiros	523.547.105	-

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA e Efanor Investimentos, SGPS, SA conforme descrito no anexo consolidado.

Durante o exercício foram obtidas operações de tesouraria da Sonae SGPS, SA no montante de 876.984.614 euros (443.340.000 euros em 2009), tendo sido liquidados 823.984.614 euros (443.340.000 euros em 2009).

Em 2010 e 2009, não ocorreram transacções com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, tem a seguinte composição:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Remuneração fixa	100.070	461.960
Remuneração variável de curto prazo	-	190.900
Remuneração variável de médio prazo	-	290.200
	100.070	943.060

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

27 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O montante relativo a prestações de serviços corresponde a valores facturados por serviços prestados a empresas relacionadas do Grupo Sonae Investimentos em Portugal.

28 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Dividendos	13.797.148	1.312.520
Ganhos na alienação de investimentos	444.864.481	54.125.788
Reversão perdas de imparidade (Nota 24)	7.780.000	-
Perdas na alienação de investimentos	(7.728.107)	-
	<u>458.713.522</u>	<u>55.438.308</u>

29 RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	55.104	52.216
relativos a empréstimos concedidos (Nota 26)	33.828.984	62.728.447
relativos a derivados cobertura	-	762.600
outros	15.324	6.820.197
Outros ganhos financeiros	211.663	-
Rendimentos e ganhos financeiros	<u>34.111.075</u>	<u>70.363.460</u>
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(6.495.999)	(8.561.485)
relativos a obrigações não convertíveis	(18.057.866)	(31.798.404)
relativos a derivados cobertura	(4.626.579)	(3.283.100)
relativos a empréstimos obtidos (Nota 26)	(9.634.653)	(12.294.701)
outros (Nota 26)	(631.587)	(16)
Outras perdas financeiras		
encargos de emissão de dívida	(4.814.748)	(3.195.746)
outros	(1.348.572)	(197.006)
Gastos e perdas financeiras	<u>(45.610.004)</u>	<u>(59.330.458)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de outras perdas financeiras e de outros ganhos financeiros inclui os montantes de aproximadamente 1.000.000 euros e 211.000 euros, respectivamente, correspondentes às perdas e ganhos associados a derivados de taxa de câmbio, incluindo o efeito da valorização a justo valor dos derivados descritos na Nota 19.

30 OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a repartição de outros rendimentos é a seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Recuperação de encargos (a)	477.238	1.683.427
Reversão de perdas por imparidade	539.611	-
Outros proveitos operacionais	10.838	271.803
	<u>1.027.687</u>	<u>1.955.230</u>

a) Proveitos relativos a custos assumidos por conta das participadas e posteriormente redebitados.

31 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Seguros	630.521	749.644
Trabalhos especializados	182.538	546.173
Outros fornecimentos e serviços	43.852	77.589
	<u>856.911</u>	<u>1.373.406</u>

32 OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a repartição de outros gastos é a seguinte:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Impostos indirectos	898.546	1.930.856
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	239.646	-
Serviços bancários	550.833	353.769
Outros	306.067	18.636
	<u>1.995.092</u>	<u>2.303.261</u>

O montante de impostos indirectos suportados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 corresponde, fundamentalmente, a custos com taxas para abertura de lojas de retalho os quais foram posteriormente redebitados às empresas do grupo que detêm a exploração dessas novas lojas.

33 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2010 e 2009 são detalhados como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Imposto corrente	3.361.161	(3.025.772)
Imposto diferido	64.782	135.076
Total	<u>3.425.943</u>	<u>(2.890.696)</u>

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Resultado antes de Imposto	447.113.319	64.649.061
Taxa de Imposto	25,00%	25,00%
	111.778.330	16.162.265
Reversão perdas de Imparidade não aceites fiscalmente	(1.945.000)	-
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto	52.617	484.936
Diferencial entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(109.355.837)	(13.531.447)
Efeito de dividendos não sujeitos a tributação	(3.449.287)	(328.130)
Outros	(506.766)	103.072
Imposto sobre o Rendimento	(3.425.943)	2.890.696

34 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2009
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	450.539.262	61.758.365
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	450.539.262	61.758.365
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	983.690.959	1.000.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	983.690.959	1.000.000.000
Resultado por acção (básico e diluído)	0,4580	0,0618

O número médio de acções do exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 considera o efeito ponderado de 100.000.000 de acções próprias adquiridas por uma subsidiária durante o exercício (Nota 14).

35 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios de 2010 e 2009 foram os seguintes:

	31.Dezembro.2010			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Preço total	Valor recebido	Preço total	Valor pago
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	144.109	144.109	-	-
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	30.000	30.000
Difusão - Sociedade Imobiliária, SA	7.566.570	7.566.570	-	-
Edições Book.it - SA	2.800.000	2.800.000	-	-
Farmácia Selecção, SA	51.272	51.272	-	-
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	300.000	300.000
Marcas MC, ZRT	146.943.000	85.426.466	-	-
MDS, SGPS, SA	-	-	51.000.000	51.000.000
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	-	-	9.790.614	9.790.614
Modelo Continente Hipermercados, SA	1.106.725.000	1.106.725.000	528.000.000	528.000.000
Modelo Continente Seguros - Sociedade de Mediação, Lda	3.525.000	1.075.000	2.987.250	2.987.250
Modelo Hiper Imobiliária, SA	-	-	10.655.164	10.655.164
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	-	-	1.101.337	1.101.337
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	-	-	25.000	25.000
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	5.361.500	5.361.500	-	-
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	-	-	599.950.000	599.950.000
Sonae Retalho Espanha, SA	5.748.452	5.748.452	-	-
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, SA	6.120.239	-	-	-
Tiantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	-	-	300.000	300.000
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, SA	1.741.875	1.741.875	-	-
	<u>1.286.727.017</u>	<u>1.216.640.244</u>	<u>1.204.139.365</u>	<u>1.204.139.365</u>

Em Dezembro de 2010 na rubrica de recebimentos de investimentos financeiros da demonstração de fluxos de caixa, estão incluídos 30.405.000 euros relativos a investimentos financeiros alienados no exercício anterior.

	31.Dezembro.2009			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Preço total	Valor recebido	Preço total	Valor pago
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	470.000	470.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	-	90.000	90.000
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	-	-	80.000	80.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	190.000	190.000
Farmácia Selecção, SA	11.000	11.000	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	-	-	15.000.063	15.000.063
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	850.000	850.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	330.000	330.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	260.000	260.000
Infofield - Informática, SA	1.405.000	-	12.000	12.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	-	90.000	90.000
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	13.000.000	-	-	-
Modelo Continente Seguros - Sociedade de Mediação, Lda	-	-	3.000.000	3.000.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	-	-	80.000	80.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	1.405.558	1.405.558
Sonae Center Serviços II, SA	-	-	50.000	50.000
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	-	-	50.000	50.000
Sondis Imobiliária, SA	-	-	425.000	425.000
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, SA	16.000.000	-	-	-
Tiantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	-	-	393.316	393.316
Worten - Equipamentos para o Lar, SA	25.460.000	25.460.000	-	-
	<u>55.876.000</u>	<u>25.471.000</u>	<u>22.775.937</u>	<u>22.775.937</u>

36 DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 26 de Abril de 2010 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,07 euros por acção (0,085 euros por acção em 2009) correspondendo a um valor total de 70.000.000 euros (85.000.000 euros em 2009).

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de Dezembro de 2010 foram atribuídas aos accionistas reservas livres no montante de 425.000.000 euros.

37 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2011. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

38 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94, art.º 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Azulino Imobiliária, SA

Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, SA

Citorres - Sociedade Imobiliária, SA

Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA

Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA

Igimo - Sociedade Imobiliária, SA

Iginha – Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro – Sociedade Imobiliária, SA

Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA

Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA

Imosistema – Sociedade Imobiliária, SA

Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, SA

MJLF – Empreendimentos Imobiliários, SA

Predicomercial – Promoção Imobiliária, SA

Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, SA

Sociloures – Sociedade Imobiliária, SA

Socijofra – Sociedade Imobiliária, SA

Soflorin, BV

Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA

Sondis Imobiliária, SA

Sontária – Empreendimentos Imobiliários, SA

Valor N, SA

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2010 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Azulino Imobiliária, SA

Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, SA

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA

Citorres – Sociedade Imobiliária, SA

Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA

Continente Hipermercados, SA

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA

Edições Book.it, SA

Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, SA

Farmácia Selecção, SA

Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA

Global S – Hipermercados, SA

Good and Cheap - Comércio Retalhista, SA

Hipotética - Comércio Retalhista, SA

Igimo – Sociedade Imobiliária, SA

Iginha – Sociedade Imobiliária, SA

Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA

Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA

MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA

Modaloop - Vestuário e Calçado, SA

NA – Comércio e artigos de Desporto, SA

NA – Equipamentos para o Lar, SA

Pharmaconcept Actividades em Saúde, SA

Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA

Predicomercial – Promoção Imobiliária, SA

Raso, SGPS, SA

Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA

Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, SA

Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, SA

Socijofra – Sociedade Imobiliária, SA

Sociloures – Sociedade Imobiliária, SA

Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA

Sonae - Retail Properties, SA

Sonae Center Serviços II, SA

Sondis - Sociedade Imobiliária, SA

Textil do Marco, SA

Valor N, SA

Well W - Electrodomésticos e Equipamentos, SA

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2010 são as seguintes:

Empresa	31.Dezembro.2010
Azulino - Imobiliária, SA	4.100.388
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	18.852.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	2.463.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	64.000
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	3.237.000
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	56.813.000
Continente Hipermercados, SA	96.224.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	2.633.000
Edições Book.it, SA	3.161.000
Farmácia Seleção, SA	3.609.000
Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA	1.741.252
Global S - Hipermercado, Lda	2.269.000
Good and Cheap - Comércio Retalhista, SA	23.477.000
Hipotética - Comércio Retalhista, SA	16.036.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, SA	656.000
Iginha – Sociedade Imobiliária, SA	12.136.886
Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA	15.237.389
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	356.078
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	4.050.897
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA	435.000
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	4.196.592
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	3.350.000
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	17.902.648
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	1.000.000
MDS SGPS, SA	16.555.234
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	11.939.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	9.099.340
Raso, SGPS, SA	6.100.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	3.476.926
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	49.475.444
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	193.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	7.124.145
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	25.813.514
Soflorin, BV	299.312.812
Sonae Center Serviços II, SA	6.037.000
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	611.991.000
Sonaerp - Retail Properties, SA	199.300.931
Sondis Imobiliária, SA	15.886.265
Valor N, SA	3.897.000
	<u>1.560.202.741</u>

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2010 são as seguintes:

Empresa	31.Dezembro.2010
BB Food Service, SA	1.261.000
Best Offer - Prestação de Informações pela Internet, SA	2.812.000
Bikini - Portal de Mulheres, SA	2.651.000
Bom Momento - Comercio Retalhista, SA	43.000
Carnes Continente - Indústria e Distribuição de Carnes, SA	8.314.000
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	245.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	2.927.000
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, SA	8.245.000
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	140.000
Modelo Continente Hipermercados, SA	132.046.000
Modelo Hiper - Imobiliária, SA	2.310.000
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA	9.121.000
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	197.000
Peixes Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	208.000
Solaris - Supermercados, SA	2.239.000
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	254.128.000
Sonae, SGPS, SA	53.000.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	126.000
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, SA	1.498.000
	<u>481.511.000</u>

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2010 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram 30.282 euros, exclusivamente de serviços de auditoria.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem as Demonstrações da Posição Financeira Consolidada e Individual em 31 de Dezembro de 2010 (que evidenciam um activo total consolidado e individual de 4.147.368.037 Euros e 4.553.846.136 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 775.615.075 Euros e de 2.332.669.956 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa-Mãe no montante de 168.595.954 Euros e um resultado líquido individual no montante de 450.539.262 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e da Empresa, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira consolidada e individual, os seus resultados e o seu rendimento integral consolidado e individual.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos consolidados e individuais de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 15 de Março de 2011

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Acionistas da Sonae Investimentos, SGPS, SA

1 – Relatório

1.1 - Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida e o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício em apreço, o Conselho Fiscal acompanhou nos termos da sua competência a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios sociais, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, as políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e, bem assim, a observância dos normativos legais e estatutários.

Para o efeito, o Conselho Fiscal efectuou reuniões com a frequência adequada, nas quais contou com a presença de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos e da Contabilidade, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna e de Gestão de Risco e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

O Conselho Fiscal analisou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram o desenvolvimento da actividade expressa nas demonstrações financeiras em apreço, exerceu as suas competências quanto às qualificações e independência do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas e apreciou o planeamento e os resultados da actividade dos auditores interno e externo.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o relatório de gestão, incluindo o relatório sobre o governo da sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparadas pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral Anual, aprove:

- a) O relatório de gestão, as demonstrações financeiras da posição financeira, individual e consolidada, em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, as demonstrações individual e consolidada do rendimento integral, as demonstrações individual e consolidada das alterações do capital próprio e as demonstrações individual e consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos;
- b) A proposta de aplicação do resultado do exercício, apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art. 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código de Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Investimentos, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Investimentos, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o relatório sobre o governo da sociedade cumpre o disposto no art. 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Matosinhos, 25 de Março de 2011

O Conselho Fiscal,

UHY & Associados, SROC, Lda. representada por António Francisco Barbosa dos Santos

Arlindo Dias Duarte Silva

Óscar José Alçada da Quinta